



PROJETO PIAUÍ
SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO – PSI
BR-L1542/BR-L1608

Sistema de Gestão
Ambiental e Social – SGAS

Consultores:
Maria Cláudia Perazza
Marisa Teixeira
Luiz Fernando Galli
Junho de 2022

SUMARIO

SISTEMA DE GESTAO AMBIENTAL E SOCIAL	Página
I. INTRODUÇÃO	1
II. A ESTRUTURA AMBIENTAL E SOCIAL DO PSI	2
A. Objetivos Princípios e Metas Ambientais e Sociais	2
B. Enquadramento Legal e Regulatório	4
C. Licenciamento Ambiental	11
D. O Marco de Políticas e Padrões de Desempenho Ambientais e Sociais do BID	12
III. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL	13
A. Identificação e Classificação de Risco e Impacto	13
B. Exclusões e Condições de Elegibilidade	14
C. Instrumentos de análise e avaliação	15
D. Licenciamento Ambiental e Conteúdos Mínimos	20
E. Monitoramento e Avaliação	25
IV. PROGRAMAS DE GESTÃO	25
A. Programas específicos para prevenção, mitigação, compensação, ou melhoria ambiental e social	25
B. Obrigações e especificações para empresas provedoras/empreiteiras	28
V. PROGRAMA DE PRONTIDÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS	30
VI. PROMOÇÃO DE EQUIDADE DE GÊNERO	32
VII. ENGAJAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS	33
A. Plano de consultas significativas	33
B. Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas	40
C. Divulgação, disseminação de informação e comunicação externa	43
VIII. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	44
A. Procedimento de Monitoramento	44
B. Inspeções Socioambientais	44
C. Inspeções Socioambientais	45

IX. DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA EXECUÇÃO	55
A. Capacidade e Competência Institucional para a Gestão Socioambiental	55
B. Arranjos Institucionais para Execução do PSI	56
C. Funções e Responsabilidades no SGAS	57
D. Perfis Profissionais e Plano de Fortalecimento	62
APÊNDICES	

PROJETO PIAUÍ SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO – PSI

(BR-L1542)

Sistema de Gestão Ambiental e Social – SGAS

I. INTRODUÇÃO

O Projeto Piauí Sustentável e Inclusivo - PSI foi classificado na Categoria B de acordo com a triagem e categorização ambiental e social do Marco de Políticas Ambientais e Sociais MPAS do BID. Este Sistema de Gestão Ambiental e Social - SGAS tem como referência as avaliações de riscos e impactos socioambientais e os programas de controle, mitigação e compensação de impactos da Avaliação Ambiental e Social Estratégica – AASE e seu respectivo Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS elaborados em cumprimento ao Padrão de Desempenho Ambiental e Social - PDAS 1.

O SGAS constitui um processo dinâmico e contínuo que apoiará o Governo do Estado, como mutuário, na gestão socioambiental do PSI, envolvendo-o e na administração das questões sociais e ambientais e na colaboração com os trabalhadores, as pessoas afetadas pelos projetos e, quando apropriado, outras partes interessadas.

O SGAS se apoia nos elementos do processo de “*planejar, executar, verificar e agir*”, para gerenciar riscos¹ e impactos² ambientais e sociais de maneira sistemática, estruturada e contínua.

Desta forma, na elaboração deste SGAS procurou-se definir os instrumentos específicos para incorporar os mecanismos de planejamento e coordenação, definir os atores, suas funções e responsabilidades, bem como os indicadores socioambientais, tanto de desempenho institucional como de programas e projetos de meio ambiente e saúde e segurança, assegurando o acompanhamento e a melhoria contínua do Sistema.

O SGAS torna mais dinâmico e eficiente a gestão socioambiental do Programa, eliminando encaminhamento de relatórios e processos burocráticos e reduzindo significativamente o prazo para a correção dos problemas apontados (não conformidades).

¹ Risco ambiental e social é a combinação da gravidade esperada de (i) um potencial impacto social e ambiental potencialmente adverso que um projeto pode causar ou contribuir, ou (ii) questões que podem afetar negativamente a prestação de medidas e resultados de mitigação social e ambiental e a probabilidade de quaisquer ou ambos ocorrerem.

² Impacto ambiental e social se refere a qualquer mudança, potencial ou real (i) no ambiente físico, natural ou cultural; e (ii) na comunidade e nos trabalhadores do entorno, resultantes da atividade a ser realizada.

II. A ESTRUTURA AMBIENTAL E SOCIAL DO PSI

A. OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E METAS AMBIENTAIS E SOCIAIS

1. Compromisso do Estado do Piauí com a Sustentabilidade Ambiental e Social

Com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), o Governo do Estado do Piauí (GEP) iniciou um processo de avaliação, formulação e implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento do Estado, com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e na Agenda 2030. Nesse contexto foi desenvolvido o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Este Plano expressa o futuro desejado para o estado de alcançar um índice de desenvolvimento humano superior a 0,80 em 2030, e estabelece a atuação do Estado em seis eixos estratégicos, que por sua vez se alinham com os ODS. Ao todo, o PPA estabelece 48 indicadores relacionados à Agenda 2030, dos quais 34 estão diretamente associados a 23 metas, contemplando 10 dos 17 ODS. Esse conjunto de indicadores constitui o marco referencial para o acompanhamento da implementação da Agenda 2030 no Estado do Piauí, que pode ser monitorado pela sociedade por meio da Plataforma ODS – Piauí disponibilizada no site da Secretaria de Planejamento.

O Programa Piauí Sustentável e Inclusivo objetiva superar os entraves e com isso melhorar a qualidade de vida das populações por meio de ações que permitam (i) fortalecer a segurança hídrica e a recuperação ambiental, (ii) implantar inovações sustentáveis associadas a práticas produtivas; e (iii) fortalecer as capacidades das instituições governamentais envolvidas com o desenvolvimento territorial rural. As ações do Programa e os resultados esperados estão alinhados com as orientações estratégicas, programas e ações definidas no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023.

O GEP expressa sua missão de “promover a sustentabilidade através do uso racional dos recursos naturais tendo como elemento norteador as políticas públicas de planejamento, coordenação, supervisão, fiscalização e controle das ações relativas ao meio ambiente e recursos hídricos”.

O Estado realiza sua administração sob os seguintes valores: Ética (Fazemos a coisa certa com transparência, honestidade, coerência e probidade administrativa); Sustentabilidade (Adotamos práticas socioambientais que dão perspectivas do amanhã); Inclusão (respeitamos as pessoas, a diversidade humana e a pluralidade de pensamentos o princípio do respeito mútuo); Proximidade com a sociedade (dialogamos com a sociedade, que é a razão da existência de nossa instituição).

2. Condições de Viabilidade Ambiental e Social do PSI

O Programa PSI será desenvolvido e executado visando acelerar o progresso em igualdade de gênero, diversidade e inclusão; enfrentar os desafios das mudanças climáticas e promover a sustentabilidade ambiental e social. Nesse sentido, o Organismo Executor – SEPLAN, por meio da Unidade Coordenadora do Programa – UCP, e os órgãos sub-executores por meio das respectivas Unidades de Gestão, se comprometem a pautar suas ações voltadas a sustentabilidade e qualidade socioambiental em linhas de ações específicas, de acordo com as características das intervenções do PSI e com as diretrizes do Marco de Políticas Ambientais e

Sociais - MPAS do BID. Para tanto, os seguintes **compromissos e condições gerais de elegibilidade** socioambiental se aplicam ao SGAS e a todos os projetos e atividades financiados pelo PSI:

- i. Respeitar os direitos humanos, tratando os riscos e impactos a esses direitos, evitando violações como resultado do projeto ou intervenção;
- ii. Promover a igualdade de gênero, identificando e tratando os riscos de exclusão e violência baseada em gênero. Para cada tipo de projeto ou intervenção do Programa, serão consideradas as lacunas que podem limitar o acesso das mulheres (por exemplo, nas programações de cursos que possam interferir nas atividades familiares como a assistência aos filhos) e propor, quando for o caso, medidas que promovam sua participação, incluindo estratégias diferenciadas para acessar potenciais beneficiários, incluindo trabalhadores assalariados em áreas rurais;
- iii. Promover a inclusão e prevenir a discriminação de grupos vulneráveis, incluindo o respeito aos direitos indígenas, afrodescendentes e outras comunidades tradicionais. Serão analisados os impactos que os projetos/ações poderão ter sobre as populações vulneráveis, esforços serão feitos para beneficiá-los e ações que causem impactos negativos serão evitadas;
- iv. Garantir o respeito, a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos nas obras e instalações, quer sejam contratados diretamente pela UCP, quer pelos prestadores de serviços e fornecedores de material;
- v. Promover o engajamento aberto, transparente e inclusivo das partes interessadas, e o direito ao acesso à informação a participação e a justiça na resolução dos problemas ambientais e sociais relacionados ao PSI;
- vi. Promover a resiliência a desastres e às mudanças climáticas e minimizar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) como resultado do PSI; e
- vii. Promover a proteção, conservação e uso sustentável da biodiversidade, dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos como parte integral do PSI. Projetos e ações não devem causar impactos ambientais negativos e, caso existam, deverão poder ser mitigados com práticas e obras adequadas. As intervenções não devem afetar habitats em situação crítica ou causar impactos negativos significativos sobre a biodiversidade ou processos ecológicos que este suporta. Sempre que possível, deve contribuir para a melhoria do ambiente biofísico e dos recursos naturais em sua área de influência;
- viii. Prevenir impactos socioculturais negativos e, caso existam, devem ser incorporadas medidas de mitigação adequadas que permitam, pelo menos, o restabelecimento das condições pré-projeto e, se possível, melhorá-las.
- ix. A elegibilidade ambiental e social inclui o cumprimento das leis e regulamentos nacionais e estaduais relevantes, bem como dos padrões de desempenho do Marco de políticas sociais e ambientais do BID, de acordo com os requisitos de avaliação, mitigação e gestão ambientais e socioculturais estabelecidos no Regulamento Operacional do PSI que integra este Sistema de Gestão Ambiental e Social.

O sucesso do SGAS do PSI dependerá da participação irrestrita de todos os atores do Programa, que deverão ser informados, e considerar os seguintes **preceitos** nas fases de planejamento, execução e operação:

- i. Considerar os aspectos sociais e ambientais como parte indissociável do PSI estando assim inseridos em todas as suas etapas: planejamento, projeto, execução, operação e conservação;
- ii. Assegurar que os programas de controle e mitigação de impactos do MGAS sejam do conhecimento de todos os atores do Programa e, sobretudo, dos responsáveis pelas obras.
- iii. Proporcionar o treinamento específico aos atores com pouco conhecimento no trato das questões socioambientais;
- iv. Disseminar as boas práticas ambientais em todas as atividades do PSI;
- v. Possibilitar, de forma rápida e eficaz, por meio dos Planos de Melhoria, a solução de problemas socioambientais não previstos nos programas de Gestão do MGAS, que normalmente ocorrem no decorrer da implantação das obras;
- vi. Dispor de instrumentos de comunicação com usuários, comunidades lindeiras e sociedade em geral, visando garantir o fluxo de informações sobre as ações, procedimentos de segurança e ações em emergências; e
- vii. Difundir as informações sobre os benefícios diretos e indiretos e as implicações das intervenções do PSI.

B. ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULATÓRIO

A execução das intervenções do PSI deve se dar em cumprimento com a legislação ambiental nos três níveis de governo -federal, estadual e municipal -, bem como as políticas socioambientais do BID que conformam o Marco de Políticas Ambientais e Sociais – MPAS.

1. Legislação Federal

a. Meio Ambiente

- Lei Nº 6938/1981 que institui a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), lei-marco que determina como principal objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana no País. Esta lei estabelece uma série de instrumentos de política e gestão ambiental a serem empregados em sua implementação, entre eles os seguintes: os padrões de qualidade ambiental, o zoneamento ambiental, a avaliação de impacto ambiental; o licenciamento ambiental; e o Sistema de Unidades de Conservação, pelas três instâncias de governo.
- Decreto Nº 99.274, de 1990, (que modificou o Decreto Nº88.351/1983) regulamenta o licenciamento ambiental instituído pela PNMA e estabelece suas diretrizes;

- Lei Nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, inclusive as relacionadas às Áreas de Proteção Ambiental – APA, Áreas de Relevante Interesse Ecológico – ARIE e Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPN;
- Decreto Lei Nº3.420/2000 que cria o Programa Nacional de Florestas que fomenta a recomposição e restauração de florestas de preservação permanente, de reserva legal e áreas alteradas;
- Lei Nº 12.651/2012, que institui o novo Código Florestal e traz as diretrizes para a adequação ambiental das propriedades rurais, de forma a conciliar a produção rural com a conservação do meio ambiente. O código cria o Cadastro Ambiental Rural – CAR e seu sistema (SICAR). O CAR é o registro eletrônico obrigatório a todos os imóveis rurais, que auxilia no controle, monitoramento e planejamento ambiental desses imóveis, nos termos do art. 29º do referido Código³. O Decreto Nº 7.830/2012 e a Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente – MMA Nº 02/2014 regulamentam o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR).
- Para a implantação de projetos que impliquem supressão da vegetação nativa e corte de floresta plantada, é necessária a obtenção da respectiva autorização junto ao órgão estadual competente. Regulamentadas em cada estado pelas respectivas leis de política florestal, operam entidades de gestão florestal vinculados às secretarias estaduais de meio ambiente que se encarregam da análise e da emissão deste tipo de autorização

No contexto institucional, o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA é liderado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que tem funções consultivas e normativas da legislação ambiental, integrando representantes dos três níveis de governo e de associações civis de caráter profissional, sindical, ambientalista, cultural e acadêmico.

b. Desastres Naturais e Mudanças Climáticas

A Lei Nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009 institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e estabelece seus princípios objetivos, diretrizes e instrumentos. A PNMC visa, entre outros: a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático; a redução das emissões antrópicas de GEE, a implementação de medidas para promover a adaptação à mudança climática e a conservação e recuperação dos recursos ambientais, incluindo expansão de áreas protegidas e incentivos ao reflorestamento e a recomposição da vegetação em áreas degradadas

³ O Cadastro Ambiental Rural – CAR foi instituído pelo Código Florestal, sendo parte integrante do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA. A sua regulamentação se deu pelo Decreto Nº 7.830/2012, que criou o Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, responsável por integrar o CAR de todas as Unidades da Federação. O CAR permite o acompanhamento da regularidade ambiental de parte do proprietário ou do possuidor de imóvel agrário, tornando possível que as áreas de assentamentos da reforma agrária sejam cadastradas para fins de cumprimento da legislação ambiental.

c. Recursos Hídricos

A Lei Nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, criou a Outorga, instrumento de gestão dos recursos hídricos requerida para as atividades que de alguma forma utilizem ou interfiram nos corpos d'água. A competência para outorgar é exercida pela Agência Nacional de Águas, no caso dos cursos d'água de domínio da União, ou pelo estado, nos demais casos.

Estão sujeitos à outorga os seguintes usos: derivação ou captação de água para consumo final ou insumo de produção; extração de água subterrânea para consumo final ou insumo de produção; lançamento em corpo d'água de esgotos e resíduos líquidos ou gasosos; aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e outros usos que alterem o regime, a qualidade ou a quantidade de água.

d. Temas Sociais

Direitos Humanos: A Constituição Federal de 1988 garante os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos nossos cidadãos. Essas garantias aparecem, por exemplo, logo no primeiro artigo, onde é estabelecido o princípio da cidadania, da dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Já no artigo 5º é estabelecido o direito à vida, à privacidade, à igualdade, à liberdade e outros importantes direitos fundamentais, sejam eles individuais ou coletivos.

Como reflexo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1949 da ONU e da própria Constituição de 1988, várias leis foram editadas para garantir os direitos humanos a grupos que requerem maior atenção, como, por exemplo: Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8742/93) que dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil, que constitui um grande avanço no sentido de garantir benefícios a pessoas desamparadas, como idosos e portadores de deficiência; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) que garante às crianças e aos adolescentes (respectivamente, pessoas até os 12 e 18 anos) direitos especiais de proteção; a Lei nº 8080/90 que institui o SUS (Sistema Único de Saúde), garante aos brasileiros o acesso gratuito e universal à saúde, sendo também um reflexo direto da DUDH de 1949 e um desdobramento da Constituição Federal de 1988.

Igualdade e diversidade de gênero. A partir dos princípios e direitos assegurados pela Constituição, um conjunto normativo foi erguido e que se resume a seguir:

- Lei Federal Nº 7.716/1989, que define os crimes de preconceito de raça ou cor e institui penalidades;
- Código Civil de 2002, que estabelece a igualdade de homem e mulher como chefes de família, compartilhando direitos e deveres;
- Decreto Federal Nº 4886/2006 que institui a - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), cujo objetivo central é a redução das desigualdades étnicas no contexto brasileiro, mormente a população negra, por meio de programas e projetos a serem executados a longo, médio e curto prazo. Estão previstos nesta política nacional os seguintes princípios de gestão: a) transversalidade, em que há a participação de vários órgãos na execução e gestão das ações para combater as desigualdades raciais; b)

gestão descentralizada, em que se busca articular os entes federativos; c) gestão democrática, por meio do diálogo com a sociedade civil participante da luta quilombola.

- Lei Federal Nº 11.340/2006 trata de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra mulheres e para punir os seus agressores.

No âmbito do Estado do Piauí, o Decreto Estadual Nº 17.524/2017 – cria o Comitê de Políticas para Mulheres Rurais no Estado, com foco na promoção de políticas públicas voltadas às mulheres rurais do Estado do Piauí. Compete ao Comitê: (i) discutir, propor analisar a implementação de políticas públicas de ações afirmativas para mulheres rurais enquanto políticas de Estado; (ii) promover a articulação e parcerias com os diversos órgãos governamentais, não governamentais e Instituições de Ensino Superior e Pesquisa com essa finalidade; (iii) acompanhar e avaliar políticas, planos e ações para mulheres rurais; (iv) fortalecer e apoiar as ações dos movimentos sociais na mobilização e articulação das mulheres rurais para acessarem políticas públicas; e (v) fortalecer e difundir iniciativas e experiências exitosas desenvolvidas pelas mulheres rurais.

Pessoas com deficiência – PCD. A Lei Federal Nº13.146/2015 institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, definindo obrigações do Estado e direitos associados a PcD, que incluem: (i) atendimento prioritário em serviços de saúde e assistência; (ii) isenção de impostos federais e estaduais para aquisição de equipamentos e veículos; (iii) reserva de postos de trabalho em empresas públicas ou privadas, num percentual associado ao número de trabalhadores; e (iv) auxílio de 01 salário-mínimo à pessoa com deficiência com renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo.

Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas. A Constituição Federal de 1988 (Artigos 231 e 232) reconheceu direitos dos povos indígenas, como o direito à terra originária, direitos políticos, autodeterminação, preservação cultural, educação e saúde. Os povos indígenas detêm a posse permanente e o usufruto dos bens naturais contidos nos territórios originários, porém a propriedade é da União – são classificadas como bem público de uso especial. São terras não alienáveis e indisponíveis a quaisquer outros que não as etnias indígenas que habitam o território.

A Lei Nº 6001/73 do Estatuto do Índio estabeleceu direitos de proteção à população indígena;

O Decreto Nº 1775/96 estabelece os mecanismos de proteção e determina as condições e etapas para demarcação dos territórios indígenas.

Compete à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, órgão federal criado em dezembro de 1967, a aplicação da política indigenista do país. A FUNAI está vinculada ao Ministério da Justiça. Nos termos do Decreto Nº 1775/96, o processo de demarcação de terras indígenas segue as seguintes etapas principais: i) tem início no âmbito da FUNAI; ii) o Ministério da Justiça emite a declaração dos limites do território; iii) a Presidência da República sanciona os limites declarados; e iv) uma vez demarcadas, as terras indígenas são incluídas na Secretaria do Patrimônio da União – SPU.

As disposições transitórias da Constituição de 88, Artigo 63, estabeleceram o direito à terra dos quilombos ocupados, com título a ser emitido pelo Estado.

O Decreto Nº 4.887/2003 regulamenta o Artigo 63 da Constituição, que reconhece as comunidades tradicionais remanescentes de escravos – quilombos – e estabelece direitos específicos para identificação, reconhecimento, delimitação, determinação e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas. O processo se inicia com a autodeclaração da comunidade que é feita junto à Fundação Cultural Palmares, que emite Certificação Quilombola.

O Decreto Presidencial Nº 6040/2000 reconhece a existência formal das chamadas populações tradicionais, ampliando o reconhecimento feito parcialmente na Constituição de 1988 (somente indígena e quilombola), e institui a "Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais" – PNPCT, subordinada ao Ministério do Meio Ambiente. São consideradas como população tradicional: extrativistas, pescadores, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, ciganos, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, pantaneiros e geraizeiros.

Direitos à terra. Os seguintes instrumentos deverão ser considerados no âmbito do PSI:

- Lei Nº 4.504/1964, que institui o Estatuto da Terra;
- Lei Nº 4.947/1966, que fixa Normas de Direito Agrário e dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências;
- Lei Nº 6.383/1976, que dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União e dá outras Providências;
- Lei Nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar;
- Lei Nº 11.952/2009, que cria o Programa Terra Legal estabelecendo o marco legal para a regularização fundiária das ocupações em terras situadas em áreas da União;
- Portaria Conjunta Nº 01/2020 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que institui o Programa Titula Brasil e dispõe sobre seus objetivos e forma de implementação;
- Decreto Nº 9.311/2018, que regulamenta a Lei Nº 8.629/1993 e a Lei Nº 13.001/2014, que dispõe sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária; e
- Instrução Normativa Nº 99/2019, construída com base nas Leis e Decretos acima mencionados, que fixa os procedimentos administrativos para titulação de imóveis rurais em Projetos de Reforma Agrária, criados em terras de domínio ou posse do Incra ou da União, bem como verificação das condições de permanência e de regularização de beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).
- No Piauí, a regularização fundiária de áreas ocupadas por comunidades quilombolas é regulamentada pela Lei Ordinária Nº 5.595 de 01 de agosto de 2006 e pelo Decreto Nº 14.625 de 31 de outubro de 2011. De acordo com o Art. 2 da Lei Nº 5.595, cabe ao INTERPI identificar, demarcar e registrar as terras devolutas que são ocupadas por comunidades

quilombolas. Ademais, a Lei Estadual Nº 7.294/2019 dispõe sobre a política estadual de regularização das ocupações exercidas sobre terras públicas e devolutas pertencentes ao Estado do Piauí e orienta a regularização de terras para assentamentos e comunidades tradicionais.

- A Lei Estadual Nº 7.294/2019 assegura ao INTERPI o respaldo legal para proceder a regularização fundiária de terras públicas pertencentes ao Estado do Piauí, garantindo a titulação de terras indígenas e quilombolas. O processo de certificação e titulação fundiária comunidades tradicionais e quilombolas no Estado segue os seguintes passos:

Previamente à titulação, as comunidades quilombolas devem demandar seu registro e certificação junto à Fundação Cultural Palmares (FCP), que é o órgão responsável por reconhecer o território e comunidade por autodefinição. Esta etapa é necessária para a regularização fundiária junto ao INTERPI, que atua por delegação junto ao INCRA.

2. Legislação Estadual

a. Meio Ambiente

O arcabouço legal principal do Estado do Piauí compõe-se dos seguintes códigos principais resumidos a seguir:

- A Lei Nº 4.854/1996, que dispõe sobre a Política de Meio Ambiente do Estado do Piauí, fixa os objetivos, normas básicas para proteção do meio ambiente e melhoria da vida da população. A lei institui o Licenciamento ambiental como instrumento de regulação das atividades que potencialmente afetam o meio ambiente e a saúde e bem-estar público, em consonância com a PNMA. Estabelece ainda as disposições que regulam o saneamento básico e domiciliar, a água e seus usos. A Lei designa a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMAR- como autoridade para executar a política ambiental no Estado.
- Lei Nº 5.165/2000 dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e institui o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SERH) no Piauí, em consonância com a Política Nacional de RH. O SERH está conformado das seguintes entidades ou estruturas colegiadas: o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH; os Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios Canindé-Piauí e Gurguéia (estabelecidos por decreto) e do Rio Parnaíba (a confirmar); e 10 comissões gestoras nas grandes barragens do semiárido na Bacia do Parnaíba.
- Lei Nº 5.178/2000, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Piauí, instituindo como instrumentos o diagnóstico do setor florestal e programa de desenvolvimento florestal; planos de manejo florestal; zoneamento agroecológico/econômico-florestal, e o sistema estadual de unidades de conservação, entre outros. Define a SEMAR como órgão competente para a gestão florestal. A lei foi modificada pela Lei 5.699, de 26/11/2007, elevando a reserva legal em nosso cerrado de 20% para 30%, superior, portanto, a todos os estados brasileiros com mesmo bioma.
- Lei nº 6.158/2012, que cria o Fundo Estadual de Meio Ambiente-FEMAM

- Lei nº 7.044/2017, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Piauí (SEUC), com a finalidade de estabelecer normas e critérios para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação do Estado, e cria o Fundo Estadual de Unidades de Conservação-FEUC/PI. A legislação prevê, ainda, a reavaliação das categorias das atuais unidades para que estas possam adequar-se às normas.

b. Temas sociais

O Decreto Estadual Nº 17.524/2017 – cria o Comitê de Políticas para Mulheres Rurais no Estado, com foco na promoção de políticas públicas voltadas às mulheres rurais do Estado do Piauí.

Lei Estadual Nº 6.127/2011 – Dispõe sobre a Regularização Fundiária de imóveis pertencentes ao patrimônio imobiliário rural do Estado do Piauí. A Lei estabelece as diretrizes para regularizar as terras públicas do Estado, e normatiza os procedimentos para arrecadação e disponibilização dessas terras para promover desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado.

Decreto Estadual Nº 16.324/2015, aprova o Programa de Regularização Fundiária do Estado do Piauí a ser executado pelo Instituto de Terras do Piauí - INTERPI. Os objetivos maiores do Programa, ao apoiar os eixos fundamentais da Regularização prevista na Lei, compreendem o fortalecimento do INTERPI, as ações de arrecadação, titulação e alocação das áreas para fins de proteção ambiental e das comunidades tradicionais e pequenos produtores.

Lei Estadual Nº 7.292/2019 define a Política de Terras estabelece a política estadual de titulação de ocupações de terras públicas e devolutas, priorizando territórios tradicionais e assentamentos rurais; e

A Lei Estadual Ordinária Nº 5.595/2006 e seu decreto regulamentador – Nº 14.625/2011 dispõem sobre a regularização fundiária de áreas ocupadas por remanescentes de Comunidades dos Quilombos. De acordo com o Art. 2 da Lei Nº 5.595, cabe ao Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) identificar, demarcar e registrar as terras devolutas de domínio do Estado que são ocupadas por comunidades quilombolas e indígenas.

A relação mais completa da legislação e normas federais e estaduais aplicáveis no desenvolvimento e execução dos investimentos do PSI se apresentam no **Apêndice 1**.

3. Responsabilidades Institucionais na Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR-PI, criada mediante a Lei Nº 4.115, de 22 de junho de 1987, complementada por meio do Decreto No 9.729/1997, consiste no órgão auxiliar de primeiro nível hierárquico da Administração Pública Estadual que tem por finalidade executar as políticas estaduais de meio ambiente e de recursos hídricos relacionadas à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais e recursos hídricos e sua fiscalização, monitoramento e controle.

A gestão dos recursos ambientais do estado, objetivando seu uso sustentável, é realizada por meio de ações de *licenciamento ambiental, controle e monitoramento* de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais potencialmente poluidores e/ou capazes de

causar degradação ambiental, ações estas respaldadas no conjunto de normas principais vigentes.

A gestão dos recursos hídricos é realizada por meio de concessão da *outorga de uso* das águas; controle e monitoramento da qualidade da água; monitoramento, manutenção e ampliação da rede hidrometeorológica e registro dos dados climáticos; avaliação das disponibilidades das águas reservadas nos grandes açudes; e fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em consonância com as estipulações da Lei Nº5.165/2000.

O Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA - é o órgão colegiado de caráter deliberativo e normativo, cuja finalidade é organizar e racionalizar, de forma participativa e voltada à realidade do Piauí as ações de meio ambiente. Compõe-se de 23 membros: 10 representantes do poder público, entre Governo Estadual, de municípios, e do poder legislativo estadual e municipal; sociedade civil, com 5 representantes, 3 do setor empresarial; três representantes de instituições de ensino e pesquisa e dois conselhos regionais profissionais.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-PI, criado pela Lei Nº 5.165/2000 e regulamentado pelo Decreto Nº 10.880/2002, também é um órgão colegiado de caráter deliberativo e normativo, cujo objetivo é organizar e racionalizar, de forma participativa as ações de gestão dos recursos hídricos. Está conformado por 20 membros representantes do setor público federal, estadual e municipal, entidades de classe profissionais, e instituições de pesquisa e ensino superior.

C. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento ambiental foi instituído pela Lei nº 6.938/1981, tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 88.351/1983 (modificado pelo Decreto nº 99.274/1990), que estabeleceu suas principais diretrizes. O sistema se estrutura em três licenças obrigatórias: *Licença Prévia* (LP), *Licença de Instalação* (LI) e *Licença de Operação* (LO), de acordo às diferentes fases de planejamento e implantação de um projeto. Cada licença contém restrições que condicionam a execução do projeto e as medidas de controle ambiental da atividade. O processo inclui ainda as rotinas de fiscalização e acompanhamento das licenças concedidas e o monitoramento dos efeitos ambientais do empreendimento, além das normas técnicas e administrativas que o regulam.

No Estado, a Lei Nº 6.947/2017 dispõe sobre o processo de Licenciamento Ambiental Estadual em linha com as estipulações da legislação federal.

Algumas intervenções do PSI estão sujeitas ao licenciamento ambiental de acordo com a legislação nacional e estadual, conforme considerações apresentadas a seguir.

Os poços de abastecimento, sistemas de saneamento comunitário e passagens molhadas são intervenções do PSI passíveis de licenciamento ambiental ou outorgas específicas. O licenciamento ambiental, que pode variar de acordo com o porte do empreendimento, uso e ocupação da área de intervenção e legislações estadual e municipais. Nesse sentido, estas intervenções físicas se caracterizam como obras de pequenas dimensões que serão complementadas com ações de recuperação ambiental. Portanto, o licenciamento ambiental quando aplicável deverá se realizar por meio da apresentação de relatórios ambientais

simplificados dispensando-se estudos mais complexos, como por exemplo EIA e RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental).

Por outro lado, as atividades agropecuárias desenvolvidas pelas comunidades e produtores beneficiários dos planos produtivos e de negócios incluem atividades sujeitas a licenciamento ou autorizações ambientais.

A Resolução CONAMA Nº 85/2006 estabelece procedimentos a serem adotados para o licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental, como ocorre com grande parte das instalações que integram os planos de adaptação produtiva e planos de negócios (p. ex.: unidades de beneficiamento).

Em consonância com esta Resolução CONAMA, no âmbito do Estado, a Resolução CONSEMA-PI Nº40/2021 estabelece o enquadramento das tipologias licenciáveis, detalhadas por Grupos de atividades, de acordo com a classe, porte e potencial poluidor.

A Resolução detalha ainda os procedimentos aplicáveis a cada modalidade de licenciamento, incluindo enquadramentos especiais, formulários de consulta prévia dos pedidos de licenciamento e lista indicativa de tipologias de atividades para as quais não incide o processo de licenciamento.

Segundo esta Resolução, as atividades do Grupo A (Agrossilvipastoril, incluindo aquicultura, irrigação), Classe 1, serão objeto de licenciamento ambiental simplificado, exigindo-se a apresentação de Descritivo Técnico e Ambiental – DTA. Aquelas atividades do Grupo A que, por seu porte ou localização, recaem na Classe 2, será exigido o Estudo Ambiental Simplificado -EAS e para aquelas atividades de Classe 3, será exigido Estudo Ambiental Intermediário – EAI. O Anexo III da Resolução apresenta os conteúdos mínimos para cada tipo de estudo ambiental exigido.

Segundo o Anexo V da Resolução, estão isentos de licenciamento as seguintes atividades de relevância para o PSI: construção e cisternas domiciliares semienterradas; sistema de disposição final de efluentes por fossas, sumidouros e filtros anaeróbicos; casa de farinha.

Há que se considerar, ainda, a necessidade de autorizações e outorgas específicas como, por exemplo, de supressão de vegetação, uso da água, alvará municipal de obra, entre outras.

D. O MARCO DE POLÍTICAS E PADRÕES DE DESEMPENHO AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BID

O Programa PSI deverá cumprir com o Marco de Políticas Ambientais e Sociais (MPAS) do BID, que norteia o desenho e a execução das operações financiadas pelo Banco na proteção das pessoas e do meio ambiente.

O MPAS está organizado em dez (10) Padrões de Desempenho Ambiental e Social (PDAS) específicos para evitar, minimizar ou mitigar os impactos e riscos ambientais e sociais adversos de projetos. Esses PDAS descrevem os requisitos que o Órgão Executor, por meio dos órgãos coexecutores, deve atender no desenvolvimento e implementação das intervenções e atividades financiadas pelo PSI. São eles:

ESPS 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais

ESPS 2: Mão de Obra e Condições de Trabalho

ESPS 3: Eficiência de Recursos e Prevenção de Poluição

ESPS 4: Saúde e Segurança da Comunidade

ESPS 5: Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário

ESPS 6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos

ESPS 7: Populações Indígenas

ESPS 8: Patrimônio Cultural

ESPS 9: Igualdade de Gênero

ESPS 10: Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações.

O **PDAS 1** – Avaliação e gestão de riscos e impactos ambientais e sociais – e o **PDAS 10** – Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações – compreendem as principais **diretrizes de processo**, que descrevem como o desempenho ambiental e social de um projeto deve ser gerenciado durante todo o seu ciclo de vida, começando com as fases de concepção, construção, comissionamento, operação, desmobilização, encerramento e, conforme o caso, pós-encerramento. Já os demais **PDAS 2 a 9** abordam as **questões temáticas do que fazer**.

O MPAS exige especificamente que o mutuário aplique a hierarquia de mitigação na concepção do projeto e no desenvolvimento das medidas de mitigação. Além do MPAS o PSI deve cumprir com a Política de Acesso à Informação (OP-102). O **Apêndice 2** deste documento detalha o contexto e aplicabilidade dos 10 PDAS ao Programa.

III. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Nas seções seguintes são apresentadas as diretrizes socioambientais a serem seguidas para a análise ambiental e social das intervenções e projetos específicos financiados pelo PSI e que devem ser implementados para a sua execução, em cumprimento das determinações da legislação ambiental, assim como dos requerimentos dos Padrões de Desempenho Ambiental Social (PDAS) que conformam o Marco de Políticas Ambiental e Sociais do BID (MPAS), como parte das cláusulas do contrato de Empréstimo.

A. IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E IMPACTO

Para determinar a classificação de impacto apropriada, para os subprojetos e atividades financiados com o PSI, são considerados vários aspectos específicos do projeto: tipo, localização, sensibilidade e escala do projeto; natureza e magnitude dos riscos e impactos ambientais e sociais potenciais, incluindo aqueles relacionados a desastres naturais e mudanças climáticas. Para os investimentos do PSI deverá ser aplicada a seguinte categorização:

Categoria A: atividades que possam causar impactos ambientais ou sociais negativos significativos ou ter implicações profundas que afetam os recursos naturais. Não se antecipa a ocorrência de projetos ou atividades classificadas nesta categoria.

Categoria B: atividades que tenham o potencial de causar principalmente impactos ambientais ou sociais negativos locais e de curto prazo e cujas medidas eficazes de mitigação são conhecidas e estão prontamente disponíveis.

Categoria C: atividades com probabilidade de causar impactos ambientais ou sociais mínimos ou nulos.

De forma similar, os projetos e atividades do PSI serão classificadas quanto ao potencial de causar impactos, seguindo as estipulações da legislação nacional e do Piauí referentes ao processo de licenciamento ambiental, em particular da Resolução CONSEMA-PI N º 40/2021, para o respectivo enquadramento e cumprimento dos requisitos estabelecidos pela SEMAR como autoridade ambiental do Estado.

B. EXCLUSÕES E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Os projetos com potenciais **impactos sociais ou ambientais adversos significativos, irreversíveis ou sem precedentes não serão elegíveis no âmbito do Programa**. No processo de avaliação ambiental e social, os sub-executores deverão filtrar esses projetos de impacto significativo, que incluem aqueles que exigem reassentamento involuntário de comunidades, envolvem conversão e/ou degradação em habitats ou sítios culturais críticos, ou potencialmente causam impactos adversos sobre povos indígenas e tradicionais.

A lista de atividades específicas vedadas para financiamento pelo BID, se apresenta no **Apêndice 3**.

Além desta lista de exclusões, outras atividades ou condições específicas de projetos são **inelegíveis, no âmbito do PSI**, quais sejam:

- Projetos com impactos sociais potenciais adversos significativos, que exigem reassentamento involuntário de comunidades beneficiárias;
- Obras ou atividades que impliquem a conversão e/ou degradação em habitats naturais críticos ou impactos ambientais significativos e irreversíveis sobre habitats naturais e os serviços ecossistêmicos, ou atividades que impliquem em introdução de novas espécies exóticas ainda não estabelecidas nos biomas Caatinga e Cerrado;
- Projetos que impliquem impactos adversos significativos em comunidades quilombolas, tradicionais ou indígenas e seus direitos; e
- Projetos ou atividades que resultem em degradação de bens e valores sociais e culturais relevantes, tais como edificações e sítios históricos, artísticos, arquitetônicos, urbanísticos e arqueológicos.

Mais especificamente, no desenvolvimento dos **Planos de Adaptação Produtiva e Planos de Negócios**, apresenta-se uma primeira aproximação da identificação atividades que **não são elegíveis**:

- PAP e PN que possam exigir o uso de agrotóxicos de alta toxicidade ou persistência ou o uso de agrotóxicos incompatíveis com o Controle Integrado de Pragas ou o manejo sustentável dos recursos naturais.

- Uso de produtos proibidos pela legislação nacional de saúde pública, fito-zoossanitária (ex.: endosulfan, paration, DDT, gamexane e outros inseticidas clorados etc.) ou que, por condições características por empreendimento ou sua localização, ponham em perigo ou sejam prejudiciais às pessoas, aos animais e ao meio ambiente em geral.
- Aproveitamento não sustentável, conversão significativa ou degradação de florestas naturais, incluindo desmatamento de áreas de remanescentes naturais.
- PAP e PN que impliquem a perda parcial ou degradação de habitats naturais críticos ou importantes, com atenção especial para nascentes, e sub-bacias hidrográficas que são áreas de recarga de água.
- Planos que impliquem a perda de habitats naturais ou áreas utilizadas por comunidades indígenas, tradicionais ou outros grupos humanos em situações de vulnerabilidade importantes para sua sobrevivência.
- Uso de Organismos Geneticamente Modificados não aprovados para comercialização pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- Planos que impliquem na degradação dos recursos hídricos pela superexploração e salinização dos aquíferos.

C. INSTRUMENTOS DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO

Os empreendimentos e atividades financiadas pelo PSI devem contar com as devidas licenças e autorizações cabíveis, previamente à licitação e início de obra.

A SEPLAN/UCP ou sub-executor, conforme o caso, conduzirá um processo de triagem e avaliação ambiental e social para os projetos e intervenções específicos propostos de acordo a categorização assignada, seguindo as estipulações da legislação ambiental vigente, em particular da [Resolução CONSEMA-PI Nº 40/2021](#), e em cumprimento com os requerimentos do PDAS 1.

As análises socioambientais deverão considerar os riscos e impactos relacionados aos direitos humanos, gênero e riscos naturais e mudança climática durante todo o processo de avaliação, em cumprimento dos requisitos dos PDAS. Além da elaboração do relatório de análise socioambiental, quando apropriado, a avaliação ambiental e social será complementada com estudos adicionais focados em tais riscos e impactos específicos, incluindo, entre outros, Avaliação e Plano de Gerenciamento de Riscos de Desastres, Plano de Reassentamento, e Análise Sociocultural e Plano de Povos Indígenas ou Tradicionais.

Todo projeto ou intervenção com avaliação ambiental y social será apresentado ao Banco para a sua não-objeção prévia à respectiva licitação das obras.

Face ao número significativo de projetos e atividades de diferentes tipos e a abrangência da área de intervenção, o Quadro Nº 1 apresenta uma triagem preliminar dos riscos socioambientais segundo os tipos de projetos e ações financiáveis.

Quadro Nº 1: Triagem preliminar de riscos e impactos de atividades e intervenções e instrumentos de avaliação e controle socioambiental aplicáveis

COMPONENTE, SUBCOMPONENTE E SUBPROJETOS	AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE IMPACTO A&S	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E MONITORAMENTO
COMPONENTE 1: SEGURANÇA HÍDRICA E SANEAMENTO RURAL		
Subcomponente 1.1: Acesso a água		
<ul style="list-style-type: none"> i. Construção de cisternas domiciliares para captação e armazenamento de água de chuvas ii. Construção de sistemas coletivos de abastecimento de água para comunidades rurais iii. Implantação de unidades de dessalinização com energia solar 	<p>O subcomponente apresenta na sua maioria impactos ambientais e sociais positivos nas diferentes fases do projeto.</p> <p>As construções e instalações de equipamentos, na grande maioria são de pequeno porte, com impactos leves a moderados, localizados, temporários e de mitigação eficaz com medidas conhecidas e bem estabelecidas.</p> <p>AVALIAÇÃO: RISCO BAIXO A MODERADO</p>	<p>EAS/EIA e PGAS específico do projeto, de acordo com a Resolução CONSEMA 40/2021;</p> <p>Medidas de mitigação: implementação de medidas simples incluídas no MGAS irão minimizar e prevenir possíveis impactos.</p> <p>Monitoramento: SAF/UGP e SEPLAN/UCP, beneficiários</p>
Subcomponente 1.2: Saneamento domiciliar e coleta seletiva do lixo		
<ul style="list-style-type: none"> i. Implantação de Sistemas de reuso de águas cinzas ii. Fossas verdes iii. Pilotos de coleta seletiva iv. Saneamento domiciliar/fossas 	<p>O subcomponente apresenta na sua maioria impactos ambientais e sociais positivos nas diferentes fases do projeto.</p> <p>As construções e instalações de equipamentos, na grande maioria são de pequeno porte, com impactos leves a moderados na etapa de construção, localizados, temporários e de mitigação eficaz com medidas conhecidas e bem estabelecidas</p> <p>AVALIAÇÃO: RISCO BAIXO A MODERADO</p>	<p>EAS/EIA e PGAS específico do projeto, de acordo com a Resolução CONSEMA 40/2021</p> <p>Medidas de mitigação: implementação de medidas incluídas no MGAS irão minimizar e prevenir possíveis impactos.</p> <p>Monitoramento: SEMAR/UGP e SEPLAN/UCP, beneficiários</p>

Subcomponente 1.3: Mobilidade rural		
Construção de Passagens molhadas para tráfego sobre cursos de água	<p>Em geral são impactos sociais positivos ao proporcionar conectividade à população rural.</p> <p>As construções, na grande maioria são de pequeno porte, com impactos leves a moderados localizados, temporários, na etapa obras, e são de mitigação eficaz com medidas conhecidas e bem estabelecidas.</p> <p>AVALIAÇÃO: RISCO MODERADO</p>	<p>EAS/EIA e PGAS específico do projeto, de acordo com a Resolução CONSEMA 40/2021</p> <p>Medidas de mitigação: implementação das medidas incluídas no MGAS e medidas específicas a serem determinadas nos PGAS de cada obra irão prevenir e minimizar possíveis impactos.</p> <p>Monitoramento: SEMAR/UGP e UCP</p>
Componente 2: ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL		
Subcomponente 2.1: Adaptação Das Práticas Produtivas Às Mudanças Do Clima		
<p>i. Planos de desenvolvimento produtivo em comunidades rurais para expansão, qualificação e adaptação ao clima e às mudanças climáticas (atividades agrícolas e não agrícolas)</p> <p>ii. Planos de negócio para fortalecimento da comercialização e de gestão de organizações de produtores</p> <p>iii. Planos de negócio para fortalecimento da comercialização e gestão centrais de cooperativas e Parcerias Público- Privado-Comunidades (investimentos e Assessoria Técnica)</p> <p>iv. Construção de Cisternas para captação e armazenamento de água para suporte à produção;</p> <p>v. Apoio à introdução de fontes renováveis de energia, incluindo instalação de fogões ecoeficientes domésticos, biodigestores familiares, sistemas solares e eólicos coletivos.</p> <p>vi. Instalação de Fogões ecoeficientes para redução do consumo de lenha e redução de problemas</p>	<p>Impactos: o componente apresenta na sua maioria impactos ambientais e sociais positivos nas diferentes fases do projeto.</p> <p>O modelo de produção agroecológica aplicado aos PAP e PN, aliado a ações de reabilitação ambiental das propriedades, tem efeitos positivos significativos sobre o meio ambiente e para o bem-estar e qualidade de vida dos agricultores familiares e comunidades tradicionais.</p> <p>As construções e instalações de equipamentos associados trazem benefícios à saúde das famílias; sendo na grande maioria de pequeno porte, os impactos ambientais são leves a moderados, localizados, temporários e de mitigação eficaz com medidas conhecidas e bem estabelecidas.</p> <p>AVALIAÇÃO: RISCO BAIXO A MODERADO</p>	<p>EAS/EIA e PGAS específico do projeto, de acordo com a Resolução CONSEMA 40/2021</p> <p>Medidas de mitigação: implementação de medidas incluídas no MGAS irão minimizar e prevenir possíveis impactos.</p> <p>Inclusão de oportunidades de participação para mulheres e jovens no engajamento dos produtores, com: horários, local acessível, transporte e apoio para cuidado de crianças durante os eventos. Inclusão prioritária de lideranças estabelecidas nas comunidades e chamamento específico às mulheres chefes de família.</p> <p>Seguimento e avaliação: SAF/UGP e SEPLAN/UCP, beneficiários</p>

cardiorrespiratórios		
vii. Construção de Biodigestores familiar		
viii. Implantação de Sistemas solares coletivos		
ix. Implantação de Sistemas eólicos coletivos		
Subcomponente 2.2: Recuperação ambiental		
i. Recuperação de matas ciliares dos rios Piauí e Canindé e seus afluentes	Impactos: o subcomponente apresenta na sua maioria impactos ambientais e sociais positivos nas diferentes fases do projeto. AVALIAÇÃO: RISCO BAIXO	Medidas de mitigação: implementação de medidas simples incluídas no MGAS irão minimizar e prevenir possíveis impactos.
ii. Recuperação e revitalização ambiental de nascentes das bacias dos rios Piauí e Canindé		Medidas de mitigação: os planos de controle do MGAS fornecem medidas gerais de mitigação e a estrutura de seguimento para obras de construção dos pequenos projetos de manejo das nascentes
iii. Eventos de capacitação e formação em educação ambiental		Monitoramento: SEMAR/UGP, UCP, e beneficiários
Subcomponente 2.3: Regularização Fundiária		
i. Regularização fundiária das margens dos rios Piauí e Canindé	Impactos: o componente apresenta na sua maioria impactos ambientais e sociais positivos nas diferentes fases do projeto. AVALIAÇÃO: RISCO BAIXO	Medidas de mitigação e programas de engajamento das partes interessadas incluídas no MGAS irão minimizar e prevenir possíveis impactos
ii. Regularização fundiárias em comunidades tradicionais		Reconhecer ações pré-existentes – públicas e não públicas.
i. Realização do CAR		Garantir que o contato para informações e seguimento seja da própria comunidade: liderança/morador Seguimento e avaliação: INTERPI/UCP e SEPLAN/UCP, beneficiários
Componente 3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		

<ul style="list-style-type: none"> i. Capacidade técnica institucional e organizacional de instituições responsáveis pela gestão da água, conservação ambiental, governança fundiária e promoção do desenvolvimento rural sustentável ii. Capacidade de gestão do Comitê da Bacia Piauí-Canindé 	<p>Impactos: o componente apresenta na sua maioria impactos ambientais e sociais positivos</p> <p>AVALIAÇÃO: RISCO BAIXO</p>	<p>Seguimento e avaliação: SEPLAN/UCP, e UGP dos sub-executores</p>
<ul style="list-style-type: none"> iii. Estudos técnicos para desenvolvimento da Bacia e Sub-bacias; iv. Estudos e Projetos das barragens sucessivas v. Diagnósticos e pilotos de inovação no meio rural 		

D. LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CONTEÚDOS MÍNIMOS

Compreende a preparação de documentos técnicos necessários para a obtenção de licenças e autorizações junto aos órgãos competentes (no caso, a SEMAR).

O [Anexo I da Resolução Nº40/2021](#) apresenta a lista abrangente e detalhada do enquadramento das tipologias de atividades passíveis de licenciamento ambiental, com base na definição de porte, potencial poluidor e classe. Já o Anexo III apresenta os conteúdos mínimos para elaboração de EIA e demais tipos de estudos ambientais exigíveis para o licenciamento ambiental. O Anexo IV apresenta o formulário para requerimento de consulta prévia ambiental e o Anexo V apresenta uma lista indicativa de tipologias dispensadas do licenciamento no estado.

As atividades enquadradas como Classe 1 estão sujeitas ao licenciamento ambiental simplificado, e aquelas enquadradas nas Classes 2 a 7 estão sujeitas ao licenciamento ambiental ordinário. Em função das classes de enquadramento é fixado o tipo de estudo ambiental a ser apresentado na primeira fase do licenciamento (LP).

Algumas intervenções do PSI estão sujeitas ao licenciamento ambiental de acordo com a legislação nacional e estadual, conforme considerações apresentadas a seguir.

Os poços de abastecimento e sistemas de saneamento comunitário são as intervenções do PSI passíveis de licenciamento ambiental ou outorgas específicas. O licenciamento ambiental, entretanto, pode variar de acordo com o porte do empreendimento, e uso e ocupação da área de intervenção. Nesse sentido, estas intervenções físicas se caracterizam como obras de pequenas dimensões que serão complementadas com ações de recuperação ambiental. Portanto, o licenciamento ambiental quando aplicável deverá se realizar por meio da apresentação de relatórios ambientais simplificados dispensando-se estudos mais complexos, como por exemplo EIA e RIMA.

Por outro lado, as atividades agropecuárias desenvolvidas pelas comunidades e produtores beneficiários dos planos produtivos e de negócios incluem atividades sujeitas a licenciamento ou autorizações ambientais.

Segundo o Anexo 1 da norma, as atividades do Grupo A (Agrossilvipastoril), incluindo aquicultura, irrigação, enquadradas na Classe 1, serão objeto de licenciamento ambiental simplificado, exigindo-se a apresentação de Descritivo Técnico e Ambiental – DTA. Para aquelas atividades do Grupo A que, por seu porte ou localização, recaem na Classe 2, será exigido o Estudo Ambiental Simplificado -EAS, e para aquelas atividades de Classe 3, será exigido Estudo Ambiental Intermediário – EAI.

Segundo o Anexo V da Resolução, estão isentos de licenciamento as seguintes atividades de relevância para o PSI: construção e cisternas domiciliares semienterradas; sistema de disposição final de efluentes por fossas, sumidouros e filtros anaeróbicos; casa de farinha.

O Quadro Nº 2 apresenta uma triagem preliminar de enquadramento para fins de licenciamento ambiental e emissão de outorgas, segundo os tipos de projetos e intervenções.

Quadro Nº 2: Enquadramento preliminar de atividades e intervenções no processo de licenciamento e/ou outorga de uso de recursos hídricos e os instrumentos de avaliação e controle aplicáveis

INTERVENÇÕES	ENQUADRAMENTO PARA LICENCIAMENTO E OUTORGA
COMPONENTE 1: SEGURANÇA HÍDRICA E SANEAMENTO RURAL	
Subcomponente 1.1: Acesso a água	
<p>i. Construção de cisternas domiciliares para captação e armazenamento de água de chuvas</p> <p>ii. Construção de sistemas coletivos de abastecimento de água para comunidades rurais</p> <p>iii. Implantação de unidades de dessalinização com energia solar</p>	<p>i. a construção de cisternas domiciliares para captação de águas pluviais está isenta de licenciamento bem como de outorga de uso, segundo a normativa vigente (Resolução CONSEMA 40/21 e Decreto Estadual Nº 16.697/2016);</p> <p>ii. sistemas coletivos de abastecimento de água para comunidades rurais requerem <u>licenciamento ordinário</u> (LP, LI e LO) quando a vazão de captação for <u>superior a 6.000 m³/dia</u>, mediante apresentação dos seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para vazão de captação entre 6.000 m³/dia e e 58.000 m³/dia, o licenciamento ambiental será exigido mediante a apresentação de uma Estudo Ambiental Simplificado-EAS. • Se a vazão de captação for igual ou superior a 58.000m³/dia, será exigida a apresentação de Estudo Ambiental Intermediário-EAI. • Para sistemas com vazão de captação inferior a 6.000m³/dia, cabe apenas a emissão de Declaração de Baixo Impacto Ambiental – DBIA; <p>Quanto à <u>outorga de uso de recursos hídricos</u>, de acordo com o disposto no Art. 3º, do Decreto Estadual Nº 16.697/2016, são dispensados de concessão de outorgas os usuários considerados de pouca expressão, entre eles:</p> <p>I - Açude com volume de acumulação de até 50.000 m³, com área de espelho de água menor ou igual a 3 ha. (três hectares), ou ainda, altura máxima do barramento menor ou igual a 6 m (seis metros);</p> <p>II - Poços com vazão de uso de até 2,0 m³ /h ou ainda, limitados a uma vazão diária de 16 m³ /dia;</p> <p>III - Poços com caráter exclusivo de pesquisa;</p> <p>IV - Captações a fio d'água com vazão média continua menor ou igual a 2m³/h;</p> <p>VI - Obras de transferência, entre bacias hidrográficas, de vazões inferiores 2m³/h.</p> <p>iii. Para implantação de unidades de dessalinização com energia solar, a Resolução CONSEMA 40/21 não prevê esta tipologia de unidade de dessalinização, qualquer que seja a fonte de energia. No entanto,</p>

	como essas unidades serão implantadas com o uso de energia solar, a referida norma estabelece a isenção de licenciamento para áreas inferiores a 2,0 há; será necessária a emissão de uma Declaração de Baixo Impacto Ambiental, para projetos solares com área entre 2,0 ha e 20,0 ha;
Subcomponente 1.2: Saneamento domiciliar e coleta seletiva do lixo	
i. Implantação de Sistemas de reuso de águas cinzas ii. Fossas verdes iii. Pilotos de coleta seletiva iv. Saneamento domiciliar/fossas	i. Implantação de Sistemas de reuso de águas cinzas: não está prevista a tipologia na Resolução CONSEMA 40/21. No entanto, a avaliação preliminar da SEMAR é de que não cabe licenciamento ordinário para essa atividade, por se tratar de baixo impacto ambiental, o que deve ser confirmado em procedimento específico de Consulta Prévia, por ocasião da implantação das unidades. ii. Fossas verdes: a Resolução CONSEMA 40/21 prevê a emissão de DBIA para qualquer que seja a forma de tratamento de efluente sanitário doméstico, até o limite de 1.000 m³/dia. iii. Pilotos de coleta seletiva: a Resolução CONSEMA 40/21 estabelece a exigência de licenciamento ambiental apenas para a disposição e tratamento final de resíduos sólidos. As etapas de coleta e transporte de resíduos, desde que não sejam considerados perigosos, estão dispensadas do licenciamento ambiental. iv. Saneamento domiciliar/fossas: aplica o mesmo enquadramento de fossas verdes
Subcomponente 1.3: Mobilidade sobre Cursos d'Água	
Construção de Passagens molhadas para tráfego sobre cursos de água	<p>A norma estabelece a dispensa de licenciamento ambiental para estruturas com extensão <u>menor que 2 metros</u>.</p> <p>Para estruturas com extensão entre 2m e até 15 metros, será exigida a emissão de uma DBIA;</p> <p>Para extensões acima de 15m, exige-se o licenciamento ordinário com apresentação de Estudo Ambiental Simplificado.</p>
Componente 2: INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS E ADAPTAÇÃO DE PRÁTICAS PRODUTIVAS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	
Subcomponente 2.1: Adaptação das Práticas Produtivas às Mudanças do Clima	

<ul style="list-style-type: none"> i. Planos de desenvolvimento produtivo -PAP e Planos de negócio de organizações de produtores; ii. Construção de Cisternas para captação e armazenamento de água para suporte à produção; iii. Instalação de fogões ecoeficientes domésticos e biodigestores familiares, iv. sistemas solares e eólicos coletivos 	<ul style="list-style-type: none"> i. Planos em geral estão isentos de licenciamento. ii. Para a construção de cisternas para suporte à produção, não há necessidade de licenciamento ou a outorga de uso de recursos hídricos; iii. Não há previsão legal para a exigência de licenciamento para instalação de fogões ecoeficientes domésticos e biodigestores familiares; iv. Unidades de geração de energia com a utilização de fontes renováveis: os limites para exigência de licenciamento ambiental são os seguintes: 2,0 ha para energia solar e 2,0 MW.
Subcomponente 1.2: Recuperação Ambiental	
<ul style="list-style-type: none"> i. Recuperação de matas ciliares dos rios Piauí e Canindé e seus afluentes ii. Recuperação e revitalização ambiental de nascentes das bacias dos rios Piauí e Canindé iii. Eventos de capacitação e formação em educação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> iv. Recuperação de matas ciliares dos rios Piauí e Canindé e seus afluentes v. Recuperação e revitalização ambiental de nascentes das bacias dos rios Piauí e Canindé Eventos de capacitação e formação em educação ambiental
Subcomponente 2.2: Regularização Fundiária	
<ul style="list-style-type: none"> i. Regularização fundiária das margens dos rios Piauí e Canindé ii. Regularização fundiárias em comunidades tradicionais iii. Realização do CAR 	Isento de Licenciamento
Componente 3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	

<ul style="list-style-type: none"> i. Capacidade técnica institucional e organizacional de instituições responsáveis pela gestão da água, conservação ambiental, governança fundiária e promoção do desenvolvimento rural sustentável; ii. Apoio à gestão do Comitê da Bacia Piauí-Canindé; iii. Estudos para desenvolvimento de política de inovação na área rural; iv. Estudos técnicos para desenvolvimento da Bacia e Sub-bacias; v. Estudos e Projetos das barragens sucessivas. 	Isentos de licença
--	--------------------

Para cada projeto ou atividade deverá ser realizada consulta à SEMAR como autoridade competente. A Resolução detalha os procedimentos aplicáveis a cada modalidade de licenciamento, incluindo enquadramentos especiais, formulários de consulta prévia dos pedidos de licenciamento e lista indicativa de tipologias de atividades para as quais não incide o processo de licenciamento. O Anexo III da Resolução apresenta os conteúdos mínimos para cada tipo de estudo ambiental exigido, que incluem a avaliação dos impactos em função das características do empreendimento e da área afetada, bem como as medidas, mitigadoras, compensatórias e potencializadoras.

Para as autorizações de supressão de vegetação, o Executor deverá seguir a Instrução Normativa Nº 05/2020 da SEMAR que estabelece as diretrizes técnicas e os procedimentos referentes à autorização de supressão de vegetação nativa e a outras autorizações florestais.

A critério da UCP e com base nos programas de controle e mitigação de impactos do PGAS, poderá ser elaborado um conjunto de procedimentos e formulários simplificados e práticos, com rotinas simples de gestão social e ambiental e organização de documentos, para serem incluídos no SGAS. Tais procedimentos que poderão ser considerados como um manual do Sistema, se destinam ao cotidiano das equipes que atuam na inspeção social e ambiental das obras de implantação e reforma das unidades contempladas pelo Programa.

E. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento ambiental se respalda na Lei Nº6.947/2017, que estabelece a obrigação do empreendedor de apresentar o Relatório de Desempenho Ambiental-RDA necessário à instrução processual de requerimento de renovação de Licença de Operação. Este documento permite à SEMAR acompanhar o desempenho ambiental do empreendimento, por meio das informações técnicas comprobatórias da implantação das medidas mitigadoras e programas ambientais, propostos no estudo ambiental.

IV. PROGRAMAS DE GESTÃO

A. PROGRAMAS ESPECÍFICOS PARA PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO E MELHORIA AMBIENTAL E SOCIAL

Visando assegurar a qualidade ambiental e a sustentabilidade das intervenções do PSI, por meio da implementação dos programas socioambientais, o MGAS tem os seguintes objetivos específicos:

- Gerenciar os aspectos socioambientais do PSI, com controle das intervenções e da implementação dos programas de mitigação de impactos;
- assegurar que a mão-de-obra necessária à implantação dos projetos não contribua para a degradação ambiental;
- assegurar o menor nível de interferência das atividades dos canteiros de obra e dos trabalhadores no cotidiano das comunidades locais;
- evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos significativos potenciais durante o período de implantação dos projetos do PSI;
- assegurar mecanismos para o envolvimento e participação de todos os grupos de interesse, das comunidades beneficiadas e grupos mais vulneráveis nas ações de gestão

socioambiental dos projetos e atividades, incluindo canais de comunicação e resolução de queixas.

- assegurar a saúde e segurança dos trabalhadores nas obras do Projeto; e
- assegurar o cumprimento continuado da legislação ambiental e trabalhista das políticas socioambientais do BID (MPAS).

O Mutuário, por meio da SEPLAN/UCP, se compromete a pautar suas ações voltadas a sustentabilidade e qualidade ambiental em linhas de ações específicas, de acordo com as características das intervenções do Programa e com as diretrizes e programas de gestão definidos no **Marco de Gestão Ambiental e Social - MGAS** que integra o Regulamento Operacional do PSI (**Apêndice 4**).

O MGAS contempla os procedimentos e instrumentos de gestão ambiental e social do Programa, incluindo programas de redução de riscos, controle ambiental e mitigação de impactos socioambientais das intervenções propostas nos Componentes 1 e 2 do PSI.

Tais programas se resumem no Quadro Nº 3 e se aplicam principalmente aos projetos de infraestrutura e algumas intervenções físicas, cujos estudos de viabilidade ambiental serão financiados pelo PSI.

Quadro Nº3: Resumo dos Programas de Gestão Ambiental e Social

PROGRAMA DE GESTÃO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	EXECUTOR/ RESPONSABILIDADE	CUSTOS
Gerenciamento Ambiental das Obras	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos procedimentos de gestão socioambiental necessários ao controle da qualidade ambiental das obras e do próprio Programa. 	UCP	Incorporados nos custos de gerenciamento da UCP.
Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCS	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento das diretrizes para a gestão dos resíduos gerados pelas obras do PSI, de forma a disciplinar as ações necessárias para minimizar os impactos socioambientais. • Conscientização de todos os envolvidos com as obras para a redução de resíduos, o manuseio e disposição corretos dos resíduos e a reutilização e reciclagem de material. 	Empresas Construtoras	Incorporados nos custos das obras.
Controle Ambiental das Obras – PCAO.	<ul style="list-style-type: none"> • Redução dos danos ambientais decorrentes das obras; Apresentação às empreiteiras os critérios ambientais a serem respeitados durante as obras. Estabelecimento das normas de conduta ambientalmente correta no canteiro de obra, para os trabalhadores. 	Empresas Construtoras	Incorporados nos custos das obras.
Recuperação de Canteiro de Obras e Áreas de Empréstimo e	<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização das áreas afetadas pelas obras. • Recomposição do equilíbrio da área e 	Empresas Construtoras	Incorporados nos custos das obras.

Bota-foras	<p>controle dos processos erosivos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitar a retomada do uso original das áreas atingidas. • Impedir a formação de ambientes propícios à proliferação de vetores de doenças. 		
Treinamento e Programa de Capacitação da Mão de Obra	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos empregados das empresas construtoras sobre as práticas gerais de gestão ambiental associadas às suas atividades. • Assegurar que todos realizem suas atividades de acordo com os procedimentos adequados, considerando os cuidados com o meio ambiente, as comunidades e o patrimônio. 	Empresas Construtoras	Incorporados nos custos das obras.
Saúde dos Trabalhadores e Comunidade Envolvidas	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de padrões mínimos de atendimento à legislação de controle e saúde e segurança operacional, aplicáveis aos empregados das empresas construtoras. 	Empresas Construtoras	Incorporados nos custos das obras.
Normas de Conduta para Trabalhadores na Construção	<ul style="list-style-type: none"> • Reunir padrões éticos e comportamentais que norteiam as atitudes necessárias para todos os trabalhadores, empresas contratadas e subcontratadas, incluindo prestadores de serviço, na execução de atividades de construção e montagens no canteiro de obras 	Empresas Construtoras	Incorporados nos custos das obras.
Emergências, Contingências e circunstâncias acidentais nas obras	<ul style="list-style-type: none"> • garantir a segurança dos trabalhadores e da comunidade das áreas de influência das intervenções do Programa; • contar com procedimentos de segurança e medidas de precaução e orientação para a equipe envolvida 	Empresas Construtoras	Incorporados nos custos das obras
Resolução de Queixas para Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de canal de denúncias, consultas e sugestões aberto às empresas contratadas e subcontratadas e seus trabalhadores, integrado ao Mecanismo de Resolução de Queixas (MRQ) mantido pela UCP; • Coleta e respostas a dúvidas e questionamentos. 	UCP	Incorporados nos custos de gerenciamento da obra.
Resposta a Incômodos Gerados pelas Intervenções	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos de gestão e controle para evitar ou reduzir os descontentamentos da comunidade com as intervenções; 	Empresas construtoras	Incorporados nos custos de gerenciamento da obra.
Programa de Achados Fortuitos Arqueológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Definição do conteúdo cultural dos sítios arqueológicos localizados. 	UCP	Dependerá do porte da intervenção e da possibilidade de

	<ul style="list-style-type: none"> • Definição dos padrões de implantação dos sítios arqueológicos. • Datação dos sítios arqueológicos da área diretamente afetada. • Contextualização dos sítios locais, tomando como referência outros testemunhos culturais conhecidos nos municípios contemplados pelos projetos. 		<p>ocorrência.</p> <p>Incorporados nos custos das obras.</p> <p>Achados arqueológicos demandam paralização temporária das obras e posta em marcha de programa de salvamento</p>
Diretrizes de Prevenção e Compensação de Perda de Habitats Naturais	<ul style="list-style-type: none"> • As zonas de intervenção dos subprojetos não fazem parte de áreas protegidas de uso restrito segundo o SNUC e não se permite intervenção significativa em habitats naturais críticos; • Estabelece o replantio de árvores cortadas na mesma área ou na zona envolvente ou reposição de espécimes nativos em áreas ao menos equivalentes; • Lançamento de sementes forrageiras nativas nas áreas de depósito. 	empresas construtoras com supervisão da SEMAR e UCP	
Programa de Consultas e Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento e divulgação de informações sobre o Programa e manutenção de um fluxo contínuo, por meio de rotinas na forma de abordagem e interação com a comunidade. 	UCP	Incorporados nos custos de gerenciamento da UCP.

B. OBRIGAÇÕES E ESPECIFICAÇÕES PARA EMPRESAS PROVEDORAS/EMPREENHEIRAS

1. Considerações Gerais

As obras e atividades correlatas realizadas no âmbito do PSI devem ser executadas seguindo os procedimentos apresentados a seguir. Tais procedimentos serão incluídas nos editais de licitação e como obrigações no contrato da empresa construtora selecionada.

Na avaliação das propostas técnicas e econômicas dos diferentes deverão ser levadas em conta as propostas de controle ambiental e social da obra e os recursos atribuídos para implementá-las. Por conseguinte, as atividades de controle ambiental e social deverão fazer parte da planilha de custos da obra.

Os serviços, tarefas ou obras que não estejam indicados no artigo das especificações técnicas gerais dos editais de licitação, deverão ter suas definições, seus procedimentos e suas qualificações e restrições destinadas à conservação ambiental, presentes no MGAS, inseridos em item específico do edital de licitação.

A empresa construtora deve permitir, sem aviso prévio, o livre acesso e permanência na área do projeto, de qualquer pessoa designada pela UCP ou pelo BID. Deve também fornecer todas as informações necessárias para realizar a fiscalização ambiental e social.

Penalidades – A empresa construtora deverá cumprir rigorosamente os horários e as sequências estabelecidos no edital. Caso não tenha cumprido integralmente as suas

responsabilidades, a Fiscalização não elaborará, por qualquer motivo, o Certificado de Trabalho Final ou o Certificado de Aceitação Provisório e/ou Definitivo.

Formas de pagamento - Todas as tarefas previstas para o cumprimento das especificações ambientais e sociais dos programas do MGAS serão pagas conforme indicado na planilha de custos do edital de licitação e nas especificações legais particulares.

2. Cumprimento do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS)

Os licitantes devem considerar as especificações contidas no MGAS para elaborar um Plano de Controle Ambiental da Obra - PCAO⁴, que especificará as ações que a empresa construtora realizará para implementar os programas do MGAS.

As licitantes deverão incluir em sua proposta econômica os recursos para implantação do PCAO e a contratação de um responsável ambiental pela obra, que deverá realizar vistorias pelo menos semanalmente em cada frente de trabalho, a fim de verificar o cumprimento do PCAO e entregar relatórios com os resultados da situação ambiental da obra mensalmente à UCP.

O PCAO deve incluir um procedimento formal para recebimento de reclamações relacionadas ao projeto e seus impactos, pelas partes interessadas.

Procedimento de Reclamações e Reclamações

O objetivo é dar resposta às preocupações e reclamações da população sobre o desenvolvimento das obras e registrar os possíveis inconvenientes aos hábitos e costumes da população local. O mecanismo deve prever canais de comunicação de fácil acesso e a obrigatoriedade de resposta do responsável pelo projeto em tempo razoável à apresentação da preocupação ou reclamação. Em caso de presença de comunidades indígenas. Informações pertinentes, claras e compreensíveis devem ser fornecidas de acordo com as características culturais (mesmo no idioma nativo, se necessário).

A empresa construtora deverá designar um responsável pelo recebimento de eventuais reclamações dos beneficiários e da comunidade sobre a obra, comunicá-las imediatamente à UCP e cumprir o disposto no Programa de Reclamações constante do MGAS.

Se a reclamação exigir uma resposta imediata, a empresa contratada deve tomar as medidas que causem a cessação imediata da causa da reclamação. As medidas que requerem uma análise exaustiva da matéria devem ser analisadas em conjunto com a UCP antes da sua implementação.

3. Aviso de Obras

Deve ser implementado um procedimento de notificação de obras de forma a informar a população afetada, com uma antecedência razoável do seu início, sobre as obras a realizar e os espaços a afetar, as medidas de segurança que serão adotadas, as formas de entrar em contato com o fiscal da obra e o gestor ambiental e social para tirar dúvidas ou apresentar reclamações e, na medida do possível, combinar horários e espaços de trabalho.

⁴ O PCAO deve ser elaborado com base nos programas de controle ambiental e saúde e segurança do trabalhador e da comunidade, presentes no MGAS.

4. Conformidade Legal

A empresa construtora cumprirá todas as leis ambientais e sociais e de saúde e segurança aplicáveis às atividades sob sua responsabilidade.

Será também a responsável pelo processamento e obtenção das licenças setoriais necessárias para a obra (canteiro de obras, registro de resíduos perigosos, qualificação da pedreira, tanque de combustível etc.), que devem ser submetidas à UCP antes do início das atividades.

Se necessário, a empresa contratará um arqueólogo profissional para acompanhar o pessoal da construção, aconselhar e auxiliar no campo antes e durante a obra. Um procedimento de descoberta casual deverá ser implementado durante toda a duração do trabalho. O procedimento deve ser conhecido por todo o pessoal envolvido no trabalho. Em caso de descoberta de patrimônio cultural físico (ou suspeita de descoberta), as seguintes providências serão necessárias:

- a empresa construtora interromperá todas as tarefas ou trabalhos no local de descoberta;
- a área será cercada para proteção e a autoridade competente e o gerente do projeto serão notificados;
- os achados não serão recolhidos ou movidos de seu local original, a fim de preservar a evidência material e sua associação contextual de ocorrência;
- as atividades no local identificado serão proibidas até que sejam realizados os trabalhos de proteção, resgate ou preservação, conforme o caso;
- a empresa notificará imediatamente a UCP que notificará o IPHAN;
- caso a empresa tenha contratado um arqueólogo profissional, este o entregará de imediato e é ele quem estabelecerá os passos a seguir (incluindo a notificação à autoridade de execução em matéria de patrimônio); e
- a empresa não reiniciará as tarefas e trabalhos no local sem o consentimento por escrito do profissional responsável, se houver, e da autoridade competente.

5. Condições de Saúde, Segurança e Meio Ambiente no Trabalho

Os procedimentos de saúde e segurança dos programas específicos do MGAS deverão ser incluídos no edital de licitação e o seu cumprimento pela empresa construtora será obrigatório.

V. PRONTIDÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS

Os riscos frente aos perigos naturais e padrões climáticos em transição e eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas que podem afetar os projetos e resultados do PSI requerem medidas de gestão para reduzir as vulnerabilidades e evitar danos e perdas materiais e humanas. Na área de intervenção do PSI a principal ameaça climática é a seca, cujos ciclos recorrentes e severos causam escassez de água que, por sua vez ameaça a segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares que já vivem na pobreza e extrema pobreza.

Por outro lado, as projeções em função das mudanças climáticas mostram que as tendências na região são de aumento das temperaturas médias nas próximas décadas, associado a uma alta variabilidade interanual das precipitações e uma maior frequência de eventos extremos.

Portanto, a estratégia de prontidão e resposta a emergências deve abordar duas dimensões: (i) procedimentos para manejo e resposta a emergências e contingências associadas às obras e circunstâncias acidentais; e (ii) desenvolvimento e implantação de um Sistema de Alerta contra enchentes e zoneamento de áreas inundáveis.

1. Emergências, contingências circunstâncias acidentais nas obras

Para obras civis, os procedimentos de emergência são previstos em lei e devem fazer parte do planejamento da obra, sendo de extrema importância, sobretudo em locais distantes, perigosos ou com grande concentração trabalhadores e pessoas nas proximidades.

Dessa forma, para garantir a segurança dos trabalhadores e da comunidade das áreas de influência das intervenções do Programa, as obras deverão contar com procedimentos de segurança e deverão ser tomadas medidas de precaução e orientação para a equipe envolvida.

O **Apêndice 5** apresenta os procedimentos de segurança e emergência para obras que deve ser incorporado ao conjunto de medidas e procedimentos de saúde e segurança do trabalhador e comunidade.

Responsabilidades

A implantação dos procedimentos de emergência para as obras é de responsabilidade das empresas construtoras e supervisoras das obras, sob a supervisão e controle da UCP.

2. Sistema de alerta contra enchentes e zoneamento de áreas inundáveis

Numa dimensão temporal e geográfica mais ampla, um programa de previsão de enchentes consiste em uma medida não-estrutural, com a finalidade de reduzir os prejuízos gerados na ocorrência deste fenômeno, utilizando-se a modelagem matemática como um dos procedimentos metodológicos para simulação e previsão deste evento hidrológico.

A partir do alerta da iminência de uma enchente, com sua cota máxima de alcance pré-determinada, a população a ser atingida pode ser removida das áreas inundáveis com antecedência, reduzindo os prejuízos com perdas materiais.

De acordo com o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH-PI, foram priorizadas as cidades onde os estudos preliminares de cheias deveriam se concentrar, tendo em vista a frequência com que sofrem com eventos de cheias: Esperantina, Floriano, Itainópolis, Luzilândia, Parnaíba e Teresina.

O PERH-PI sugere uma seguinte estrutura para o sistema de alerta de cheias e zoneamento de áreas inundáveis⁵:

- Estratégia de operação do sistema de reservatórios para o controle de cheias.
- Definição do nível meta.
- Zoneamento de áreas inundáveis para diferentes níveis máximos de cheias.

⁵ A metodologia na íntegra pode ser observada no Relatório Técnico Final do PERH-PI.

- Implementação de Modelo de Simulação da Hidrodinâmica do Sistema Fluvial.
- Determinação da regra de operação do reservatório através da Otimização do sistema.
- Definição do Plano de Contingência.

Responsabilidades

O desenvolvimento do Plano de Prontidão e Resposta a Emergências será de responsabilidade da UCP e os responsáveis pela sua implantação serão definidos posteriormente segundo o desenho do Plano final.

VI. PROMOÇÃO DE EQUIDADE DE GÊNERO

De acordo aos resultados do Diagnóstico de Gênero do PSI, para superar as desigualdades de gênero, as mulheres devem ser tratadas como sujeitos de direito e assumir compromissos institucionais que garantam a ampliação do acesso aos recursos para a produção e comercialização e para a autonomia social e política das mulheres rurais. Para garantir resultados efetivos e oportunidades para melhoria das relações de gênero no meio rural do estado do Piauí está proposto:

- Priorização das mulheres jovens e àquelas de famílias tradicionais e indígenas. As ações devem priorizar:
 - o Aumento da autonomia alimentar e econômica das mulheres, garantindo paridade de gênero nos projetos produtivos;
 - o Promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias, por meio dos projetos produtivos e divisão de trabalho que diminua a carga de trabalho doméstico, propiciando maior participação na produção e comercialização;
 - o Protagonismo feminino por meio de treinamento de lideranças e fortalecimento das organizações locais;
 - o Redução da carga de trabalho doméstico e do cuidado de responsabilidade das mulheres. Ênfase à redução da carga de trabalho com divisão das tarefas do cuidado e da sustentabilidade da vida e com melhoria da sua saúde – implantação das tecnologias ecoeficientes – ecofogão, placas solares, cisternas para acesso facilitado a água;
 - o Aumentar o acesso das mulheres e o controle sobre os bens (insumos, tecnologias e finanças) com novas possibilidades de renda para esse grupo.
- Acesso à terra - Titularidade conjunta ou ter a mulher como prioridade nos programas de regularização fundiária, a exemplo do que o GEP já aplica; incentivo a crédito fundiário para as mulheres.
- Acesso a água - Disseminação da experiência de captação da água de chuvas e de reuso de água; capacitação para que as tecnologias sejam feitas pelas próprias mulheres; participação social das mulheres para gestão das águas.

Para garantir resultados dessas ações o Programa, por intermédio da UCP, deve congrega as instituições coexecutoras, como SAF, SEMAR, INTERPI. A responsabilidade pela implantação das ações é da UCP do PSI.

VII. PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

De acordo com o PDAS 10 – Engajamento das Partes Interessadas, o SGAS inclui um conjunto de ferramentas que devem garantir e incentivar a participação pública.

Essas ferramentas são o Plano de Consultas Significativas, o Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas e uma rotina de divulgação de informações, por parte do Executor/SEPLAN e demais instituições participantes do Programa – SEMAR, SAF, INTERPI. Esses instrumentos estão descritos a seguir.

A. PLANO DE CONSULTAS SIGNIFICATIVAS

A introdução do conceito de consulta significativa⁶ visa “ser uma contribuição ao processo de tomada de decisões, e as partes interessadas envolvidas devem receber feedback sobre o encaminhamento dado a suas contribuições”. Cabe ao Executor guiar-se pelos elementos da consulta às partes interessadas que compõem o ciclo padrão de todos os projetos que envolvem intervenções e obras financiadas pelo BID. Para organizar o processo de consulta pública o Executor deve adotar os critérios identificados a seguir:

- A linguagem escrita deve ser simples e direta (linguagem jornalística), evitando ao máximo o uso de termos técnicos e explicando-os quanto forem indispensáveis;
- Outras linguagens devem ser utilizadas, como vídeos, animações, apresentação oral de temas, sempre considerando o público não leitor;
- Deverão ser apresentados exemplos didáticos (desenhos, fotos, animações) de forma a transmitir à população a realidade do que significam as intervenções propostas em cada Componente;
- Qualquer atendimento a solicitações/reclamações da população deverá ser feito com zelo e empatia, para o devido entendimento da demanda. Atenção especial deverá ser dada aos idosos, portadores de necessidades especiais e ao público não leitor; e
- As informações transmitidas ao público, independente do meio, devem ser simples, claras e transparentes.

O PSI é um programa de obras e atividades múltiplas e, como tal, a maior parte das obras e intervenções será detalhada durante a execução do Programa. Neste sentido, foi realizada Consulta Pública durante a preparação, considerando uma amostra representativa de projetos e obras. Nas etapas subsequentes de implantação do Programa as diretrizes de atuação do Executor estão contidas neste capítulo do SGAS, conforme estabelece o PDAS.10. Cabe ao Executor a responsabilidade de providenciar a divulgação de obras e intervenções e dos estudos ambientais elaborados, em consultas públicas adequadas ao público-alvo do Projeto/Programa.

O Plano de Consultas estabelece a forma e conteúdo mínimo para a divulgação do Programa junto ao público-alvo e demais interessados. As intervenções do PSI serão implantadas em

⁶ Consulta Significativa às partes interessadas, BID- ESG, 2017 - <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Consulta-significativa-%C3%A0s-partes-interessadas.pdf>

diversas localidades nos sete (7) Territórios de Desenvolvimento, em momentos distintos e as consultas devem ser adaptadas de acordo com essa realidade.

O Plano de Consultas busca atender às diretrizes dos PDAS, considerando: (i) a extensão territorial da área de abrangência do Programa PSI; (ii) a diversidade e particularidades culturais das comunidades quilombolas e tradicionais; e (iii) a implantação de um Mecanismo de Resolução de Queixas de alcance regional com base nos Territórios de Desenvolvimento.

1. Objetivo

O objetivo deste Plano é estabelecer um canal de comunicação junto à população afetada e/ou beneficiada pelas intervenções e obras do Programa, construindo um processo de troca de informações que possibilite ao Executor - SEPLAN/UCP, SEMAR, INTERPI, SAF: (i) conhecer os projetos das intervenções e as medidas de gestão socioambiental detalhados durante a execução do PSI; (iii) mapear e interagir com as lideranças e associações estabelecidas nas comunidades objeto de intervenção; e (iv) identificar as particularidades das comunidades e suas demandas em relação ao Programa. Espera-se que as consultas ampliem a comunicação ao público em geral, setores produtivos, instituições públicas e privadas responsáveis pelos Planos de Negócio e Planos de Adaptação Produtiva, as comunidades quilombolas e comunidades tradicionais ribeirinhas e produtores de agricultura familiar, incluindo os produtores de assentamentos rurais da reforma agrária. Este diálogo deverá atender, com documentação e meios de comunicação específicos, as diferentes localidades e grupos sociais afetados, destacando as intervenções e propostas distribuídas no território de abrangência do Programa.

2. Execução

A realização das consultas ficará a cargo da SEPLAN/UCP, que mobilizará os agentes territoriais como articuladores das partes interessadas. As agências executoras, por meio da experiência acumulada das ações finalísticas, também utilizarão os seus setores para mobilizar os potenciais envolvidos no Projeto. As outras instituições serão partícipes na montagem e realização das consultas, como SAF, SEMAR e INTERPI, de acordo ao esquema de gestão do Programa PSI.

Serão consideradas as diferenças de oportunidades baseadas em gênero e os impactos socioambientais que integram a Estratégia de Promoção de Equidade de Gênero deste SGAS.

3. O Processo de Consulta

A partir da identificação dos principais intervenientes, a consulta pública deve prover a divulgação, informação e sensibilização de forma ampla junto das comunidades, visando uma efetiva apropriação do projeto pelos principais beneficiários e pela população em geral, envolvendo as diversas instituições responsáveis a nível estadual e municipal.

Dessa forma, e em cumprimento com as diretrizes dos PDAS, será garantida e comprovada a participação ampla das comunidades abrangidas pelos projetos, proporcionando oportunidades de participação de população na área de incidência do Programa – territórios prioritários, municípios/distritos, assentamentos rurais, comunidades tradicionais quilombolas e ribeirinhas (vide PDAS 7 e 10).

Os convites devem incluir obrigatoriamente as ONGs atuantes na área de abrangência das intervenções, associações setoriais, associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil, para discutir os projetos e o SGAS que assegura a viabilidade ambiental e social do PSI. Ressalta-se que tais consultas deverão ocorrer independentemente de exigência ou não de audiência pública pelo órgão estadual ou municipal de meio ambiente, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, de acordo com as normas vigentes.

O Executor garantirá que as atividades de consulta sejam inclusivas e culturalmente apropriadas e que os grupos vulneráveis sejam beneficiados. Se ainda houver restrições de contato e necessidade de distanciamento social, e sempre que possível, a comunicação neste Plano será efetuada por meio de contatos com lideranças e associações, discussões em grupo e consultas à comunidade, usando diferentes abordagens de acordo com as necessidades. Quando não for possível, o Executor poderá utilizar a comunicação por rádio e mídia local (rádio, TV, mensagens de celular em grupos de WhatsApp) para informar e consultar a população e os grupos-alvo. Igualmente devem ser utilizados os sites institucionais disponíveis – SEPLAN, SEMAR, SAF, INTERPI e demais intervenientes.

4. Roteiro de preparação e execução do Plano de Consultas

a. Abrangência

Durante a execução da operação, o Executor (SEPLAN, SAF, SEMAR e demais instituições intervenientes no Programa) deve considerar: (i) a experiência de comunicação em processos participativos desenvolvidos pela SAF em projetos semelhantes, obtendo participação e apoio dessas equipes de campo nas consultas a serem realizadas; (ii) a presença dos agentes setoriais da SEPLAN, que atuam em municípios dos 07 Territórios de abrangência do Programa (iii) organização e realização de consultas em nível local nos municípios ou distritos aonde serão implantadas as obras e intervenções, por Território; (iv) abertura e manutenção de link específico para o PSI no site das Secretarias, que possibilite a consulta aos documentos de projeto das intervenções e os documentos socioambientais pertinentes (MGAS e este SGAS).

Durante as rodadas de consulta, as informações disponibilizadas na Internet deverão abordar os componentes do Programa e os impactos socioambientais benéficos e adversos das obras do Programa, além de aspectos específicos que sejam relevantes na discussão com determinada comunidade. O Executor deve dar prioridade à atualização do link/aba do PSI, informando os resultados de cada consulta e a previsão de realização das reuniões subsequentes, por território.

b. Identificação das questões prioritárias

Os resultados dos diagnósticos de gênero e diversidade elaborados durante a preparação do Programa são orientadores da identificação do público-alvo do processo de consulta. Com um Programa de alcance tão diversificado como o PSI, estão identificadas as seguintes questões de alcance social, desenvolvimento econômico, equidade de gênero e inclusão.

- Alcance a suporte técnico para as pessoas que necessitam de orientação ao acesso às plataformas virtuais (Facebook, Youtube, WhatsApp etc.) – público feminino e quilombola, que tenha dificuldade no acesso a ferramentas de comunicação a partir de suas moradias;

- Respostas do Programa a públicos distintos – fixação de jovens adultos no campo, buscando capacitação; responsável chefe de família em lote de agricultura familiar (mulher ou jovem adulto);
- Garantia de inclusão de comunidades quilombolas no processo de consulta: (i) que a mobilização seja feita por alguém de confiança dos quilombolas, preferencialmente das próprias comunidades a serem consultadas; (ii) as organizações/entidades representativas quilombolas sejam convocadas de forma ampla nos múltiplos níveis de governança - comunitário, local (municipal) e estadual (quando couber). A experiência em outros projetos⁷ indica a importância de convidar representantes das organizações de nível comunitário, como as associações, com convites dirigidos aos líderes locais. Nesses projetos essa iniciativa garantiu que as comunidades se sentissem amplamente representadas.

As instituições que atuarão no processo de consulta são: SEPLAN/UCP por intermédio da Diretoria de Planejamento Territorial, com capacidade de mobilização na área do projeto; Gerência de Povos e Comunidades Tradicionais (GPCT) do INTERPI; agentes regionais da SAF, que consolidou a experiência de comunicação social em projeto recente (PVSA). A atuação da SEMAR, fundamental para contribuir com os processos de licenciamento e gestão ambiental, está condicionada à designação de profissionais que possam atuar em campo durante as consultas, em conjunto com os demais designados.

- Ampliar os tempos de coleta de sugestões e comentários aos estudos ambientais e sociais e ao projeto de forma geral, considerando o tempo reduzido pela sobreposição de tarefas domésticas e familiares, permitindo as mulheres de participarem das consultas;
- Verificar se as representações locais incorporam a representação por gênero, a fim de garantir a amplitude das demandas das mulheres e seus anseios e sugestões que contribuam com o desenho proposto no Programa. A experiência em programas semelhantes identificou que, na mobilização das comunidades: (i) haja convite dirigido diretamente às mulheres em linguagem simples e apropriada para aumentar a sua participação e engajamento; e (ii) os mobilizadores sejam das próprias comunidades e tenham a confiança das mulheres locais.
- Analisar a estatística de participação feminina e masculina resultado da 1ª Consulta Pública, realizada durante a preparação do Programa (maio de 2022). Caso haja diferenças significativas, deve-se promover ações que ampliem o equilíbrio participativo em consultas subsequentes incrementando os convites e garantia logística da presença de mulheres e jovens, com maior mobilização de equipe de apoio da UCP para as reuniões e alternativas de participação mais inclusivas.

c. Identificação e análise dos atores e partes interessadas

Cabe ao Executor, utilizando-se dos recursos existentes de comunicação social e dados oficiais disponíveis, proceder à identificação das partes interessadas, considerando:

⁷ Programa Viva o Semiárido, Governo do Estado do Piauí e FIDA, 2018
FIDA, Resultados de Diagnóstico de Gênero em Projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, dezembro 2017

- O interesse de indivíduos ou grupos na implantação do Programa, correlacionando potenciais impactos negativos e benefícios associados;
- Caracterização breve por grupo identificado – produtores rurais familiares, quilombolas, assentados pela reforma agrária, associações representantes e associações dessas categorias;
- Fatores sociais e/ou culturais específicos, como organização coletiva quilombola

O Executor deverá dar especial atenção ao conteúdo das respostas aos questionamentos feitos pelo público, considerando:

- Ajustes que podem e serão incorporados ao Programa;
- Justificativa técnica e em linguagem didática quando as observações não forem incorporadas. Com base na experiência da 1ª. Consulta Pública e de outras em projetos semelhantes, elaborar metodologia ajustada para as consultas subsequentes durante a implantação do Programa;

Considerando a experiência da 1ª. Consulta, organizar espacialmente e com as ferramentas necessárias para participação, os encontros necessários para atingir os diferentes grupos de partes interessadas ao longo da implementação do projeto, como aqui previsto no Plano de Engajamento das Partes Interessadas.

- Identificação de participantes (institucionais, organizações da sociedade civil e lideranças locais)
- UCP/SEPLAN e representantes de estruturas que participam do Programa, a saber
 - Secretaria de Agricultura Familiar- SAF por meio da atuação dos agentes locais
 - Associações e lideranças dos assentamentos da Reforma Agrária
 - INTERPI – em especial a Gerência de Povos Tradicionais
 - Associações quilombolas por território de ocupação
 - Lideranças de população ribeirinha – pescadores artesanais
 - Prefeituras
 - ONGs atuantes na área de abrangência do Programa
 - Lideranças indígenas de comunidade presente nos Territórios de intervenção do Programa (etnia Kariri, município de Queimada Nova).

d. Organização da consulta

Verificação da experiência em divulgação e consulta na instituição Executora, SEPLAN e demais instituições. Na página web da SEPLAN, deverão ser fornecidos os enlaces/links para o acesso aos documentos de projeto e socioambientais, facilitando o acesso e consulta seguindo as diretrizes aqui identificadas e considerando os seguintes aspectos:

É obrigação do Executor do Programa:

- Preparar uma exposição para a consulta pública que identifique os Componentes do Programa PSI, estudos ambientais que eventualmente sejam solicitados para obras específicas, o MGAS e este SGAS. Esse material também deve ser divulgado no site

das Secretarias (SEPLAN, SAF, SEMAR, INTERPI) e disponibilizado também em meio físico para acesso fácil nas sedes dos municípios onde serão implantadas obras ou intervenções;

- Prover um responsável para preparar o relatório resumo da consulta, documentando todo o processo, incluindo lista de participantes, perguntas e respostas, sugestões, *print-screen* etc. Este deve conhecer o Programa e os projetos de forma a sintetizar eventuais discussões e questões levantadas pelos participantes. Tais questões poderão ser usadas para complementar o MGAS e SGAS;
- Divulgar os eventos, com a antecedência necessária, em meios de comunicação oficiais e de mídia comercial acessível ao público-alvo das intervenções;
- Preparar e apresentar no período da consulta os projetos em linguagem acessível ao público em geral, com peças de texto, mapas, fotos e figuras que os ilustrem e sua fase de preparação; e
- Responder as questões relativas aos projetos do Programa que sejam apresentadas pelo público durante a consulta.

É obrigação da equipe de preparação dos projetos e seus relatórios socioambientais:

- Apoiar o Executor na organização da consulta, explicitando os principais impactos socioambientais das obras e respectivas medidas mitigadoras reunidas, de acordo com o SGAS;
- Prover esses documentos com antecedência, para que possam ser colocados à disposição do público em meio físico e eletrônico; e
- Incorporar, sempre que possível e viável tecnicamente, as questões apresentadas, nos documentos de análise ambiental e de gestão relacionados aos projetos em pauta.

Para a realização de consulta remota deverão ser utilizados sistemas de transmissão, apresentação e participação por meio da internet, levando em conta que o uso deste recurso deve propiciar a participação comunitária de forma inclusiva. No caso do PSI o desafio a enfrentar é garantir os eventos de consulta e material informativo ao alcance das populações rurais com pouco acesso à tecnologia proposta. O Governo do Estado do Piauí tem utilizado a plataforma *Youtube* para transmissões de eventos. Como outras opções de uso de plataformas online por meio da Internet, são sugeridas:

- Redes Sociais - Facebook, Instagram;
- Chamadas e reuniões virtuais por Zoom ou *MSTeams*
- Ferramentas para Webinar.

Fica a critério do Executor o uso da comunicação que melhor servir aos propósitos da consulta. Os vídeos a serem eventualmente gravados deverão utilizar linguagem simples e de curta duração, visando garantir o interesse do público. Quando for necessário, podem ser gravados vídeos por tema específico para facilitar o entendimento do público. Podem ser utilizados recursos de animação e gráfica, de forma a possibilitar um conteúdo didático.

e. Chamamento e Mobilização

Tomando em conta o cenário de isolamento gerado pela pandemia de COVID-19 (mesmo considerando o avanço atual na interrupção do distanciamento social em algumas localidades), toda comunicação envolvendo atividades de mobilização da comunidade, transmissão da Consulta Pública, disseminação de dados, coleta de informações e de manifestações das partes interessadas, e atendimento aos questionamentos deve incluir ferramentas tecnológicas para comunicação remota.

No período da divulgação e chamamento, o Executor proverá um canal de contribuições online para manifestação dos interessados. Esse canal deve estar vinculado ao link da consulta que for criado na SEPLAN/UCP. O site informará sobre o canal de captação de demandas dos interessados, solicitando uma identificação prévia do participante, não obrigatória, mas que facilita responder a questões de cada um.

Recomenda-se que sejam organizados eventos de consulta locais nos municípios identificados para implantação das intervenções (Planos de Adaptação Produtiva e Planos de Negócio; obras de infraestrutura social).

Os meios de transmissão e de comunicação remota previstos - Facebook, Instagram e Youtube - serão utilizados para as seguintes atividades:

- Divulgação da consulta na rede social do Executor (SEPLAN, SAF, SEMAR), com publicação no feed de notícias;
- Atuar como principais meios de transmissão da consulta e manifestação dos participantes;
- Receber manifestações feitas através das páginas Facebook ou Instagram, do canal do YouTube, pelo e-mail disponibilizado pelo Executor e por um número de WhatsApp que estará disponível durante o tempo das apresentações, por mensagens que serão gerenciadas por mediadores. O objetivo não é responder a todos os comentários em tempo real, mas sim, compilar as questões e dúvidas manifestadas durante as apresentações ao vivo ou acessadas posteriormente pelos interessados;
- Os participantes da consulta pública serão incentivados a realizar um breve cadastro, mas sua participação na consulta não pode ser condicionada se houver recusa; e
- Qualquer pessoa poderá assistir o evento, mesmo não possuindo perfil ou cadastro na rede social ou canais de transmissão utilizados, sendo necessário apenas ter um aparelho com sistema de telecomunicação remota (computador, aparelhos celulares etc.), browser e acesso à internet.

f. Recursos tecnológicos para comunicação remota

O convite para os eventos será publicado nos sites da SEPLAN, SEMAR, SAF, INTERPI e demais instituições intervenientes com antecedência mínima de sete (07) dias da data dos eventos. Serão identificadas lideranças, órgãos e entidades locais através de convites diretos, por meio de comunicação remoto (via telefone, redes sociais, WhatsApp e e-mails) convidando os interessados a se inscreverem previamente nos sites onde receberão um link para acessar os eventos. Este mesmo link será divulgado em todas as mídias de comunicação (nas páginas institucionais da SEPLAN, SEMAR, SAF) para que qualquer interessado possa acessar o evento, mesmo que não convidado diretamente.

Anteriormente ao início das consultas deve ser feito um esforço de chamamento para a participação, identificando o interesse das partes que se inscreveram previamente no cadastro do site e das lideranças representativas conhecidas.

g. Relatório de Consulta Pública

Ao Executor (SEPLAN/UCP) cabe elaborar Relatório de cada consulta realizada, contemplando: apresentações do Projeto e dos estudos socioambientais; registro de participação com lista de presença, fotos, vídeos, as dúvidas e questões do público assistente e as respostas do Programa às mesmas. Essas respostas podem requerer mais tempo para serem elaboradas, se houver necessidade de busca de dados de projeto e, nesse caso, a resposta inicial deve apontar esse fato. De toda forma, cada intervenção pública deverá ser respondida e os registros serão incorporados aos arquivos do Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas, onde poderão ser classificadas por tipo e tema de interesse. O Executor enviará os relatórios para ciência e consideração da equipe técnica do Programa no Banco.

B. MECANISMO DE RECEPÇÃO E RESOLUÇÃO DE QUEIXAS - MRQ

De acordo com o disposto no PDAS.10 será implantado Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas de responsabilidade do Executor do PSI, estruturado para recebimento e solução de demandas em prazo e solução cujos resultados de atendimento sejam efetivos. O MRQ será parte do processo de consulta pública permanente, da preparação à implantação das obras e outras ações do Programa, como parte do Engajamento das Partes Interessadas.

O resultado das consultas e demandas encaminhadas ao MRQ é um passo importante do processo de tomada de decisões no PSI, e as partes interessadas envolvidas devem receber feedback sobre o encaminhamento dado a suas contribuições.

1. Objetivos

A implantação do Mecanismo tem por objetivos:

- Estabelecer canal de comunicação junto à população afetada e/ou beneficiada pelas intervenções e obras do Programa;
- Responder às questões referentes aos impactos potenciais do Programa e às medidas de mitigação e compensação previstas na AASE, em documentos de avaliação de impacto ambiental que sejam requeridos antes da implantação de obras específicas e no MGAS;
- Coletar e responder as dúvidas e questionamentos ao Programa;
- Fornecer aos interessados os meios para apresentar uma reclamação ou resolver qualquer litígio que possa surgir durante a implementação do projeto;
- Assegurar que medidas corretivas apropriadas e mutuamente aceitáveis sejam definidas e implementadas para a satisfação dos reclamantes;
- Evitar ou minimizar a utilização de processos judiciais;
- Abrir um canal de comunicação que permita a qualquer pessoa compartilhar suas sugestões, solicitar informações e fazer comentários sobre o projeto;
- Recolher comentários sobre o projeto.

2. Mecanismos institucionais existentes

As instituições executoras do PSI – SEPLAN/UCP, com participação da SEMAR, SAF e INTERPI, utilizam links específicos vinculados à Ouvidoria Geral do Estado, como descrito a seguir: (i)

- **SEPLAN** – site (<http://www.seplan.pi.gov.br/contato.php>) com aba dedicada, *Fale conosco*, que recebe qualquer manifestação identificada com assunto, nome do interessado, e-mail e mensagem. Atuam também *agentes territoriais*⁸ em campo, que identificam problemas sociais e econômicos dos territórios e propõem estratégias de superação com participação dos interessados.
- **SEMAR** – por meio do SIGA (<https://siga.semar.pi.gov.br/>) são fornecidas informações para 06 tipos de demanda – (i) licenciamento ambiental; (ii) outorga de recursos hídricos; (iii) uso de recursos florestais; (iv) Cadastro Ambiental Rural - CAR; (v) queima controlada; (vi) criação amadora de pássaros. Para abranger outros temas se faz necessário que o sistema inclua aba específica que aceite demandas de temas diversos gerados no PSI. E-mail cadastrado no site: ouvidoria@semar.pi.gov.br
- **INTERPI** – utilizando o SEI – Sistema Eletrônico de Informações é possível acessar aba *Diálogo com a Comunidade*, onde são registradas solicitações diversas das comunidades de tradição oral – quilombolas, indígenas e tradicionais. A GPCT também utiliza o aplicativo WhatsApp para registro de manifestações, que possibilita a gravação em áudio. E-mail institucional: ouvidoria@interpi.pi.gov.br.
- **SAF** – o site da Secretaria (<https://portal.pi.gov.br/saf/fale-conosco/>) oferece aba “*Fale com a SAF*”. A recepção das solicitações é feita por profissional da equipe da Sala de Coordenação de Comunicação, que acessa diariamente o site e responde ou encaminha para a equipe técnica responsável para atender a demanda. A equipe também atende de forma presencial na Sala de Comunicação e, nos territórios, utiliza as ações de campo como meio para coletas de reclamações, solicitações, sugestões e outros. E-mail institucional: ouvidoria@saf.pi.gov.br.
- **OGE** – por meio do E-sic (<https://acessoainformacao.pi.gov.br/sigep/>) a Ouvidoria acolhe pedidos de acesso a informação para órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Piauí. Os canais disponíveis informados pela OGE são: presencial na OGE, presencial nas ouvidorias setoriais, telefone da OGE e das setoriais, sistema e-OUV, Disk 162, WhatsApp/OGE, WhatsApp/setoriais, e-mail/OGE e e-mail/setoriais. Recebe solicitações em geral também no *Disk Ouvidoria: 162*. As manifestações (reclamação, sugestão, denúncia, elogio e solicitação de providência) são feitas no Sistema e-OUV: (<http://eouv.pi.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>).

3. Implantação do MQR para o PSI

De acordo ao marco de políticas ambientais e sociais do Banco, o Mecanismo deve integrar o sistema de gestão ambiental e social do Programa, que será coordenado pela UCP/SEPLAN. O mecanismo não é um local de atendimento, mas sim, o instrumento de gestão do contato entre a população e o Programa. Como tal, deve ser divulgado de forma perene pelo Executor, em rotinas de comunicação institucional, por meio da UCP, das outras

⁸ Instituídos pelo Decreto Estadual 16.446/2016.

instituições participantes da execução do PSI e meios de comunicação oficial do GEPI. Outras condições devem ser atendidas na implantação do MRQ:

- Ser projetado considerando também as recomendações das partes interessadas;
- Ser acessível com facilidade e divulgado entre as partes afetadas, com múltiplas ferramentas efetivas de acesso – atendimento pessoal, por e-mail, site, WhatsApp, número 0800, entre outros;
- Ter mandato e autoridade para tratar e resolver as preocupações levantadas pelas partes interessadas e contribuir nas decisões para concepção e implementação das intervenções do PSI.

Os profissionais envolvidos no atendimento à população – da UCP ou terceirizados - deverão estar devidamente capacitados para (i) atendimento ao público, esclarecendo as dúvidas ou direcionando as questões, e (ii) registro e encaminhamento de demandas mais complexas para as áreas competentes.

O formato indicado para o MRQ do PSI, que incorpore os atendimentos já implantados pelo GEPI, é criar procedimento que direcione para a UCP as solicitações referentes ao Programa feitas nas ouvidorias de cada instituição participante. Dessa forma a UCP/SEPLAN receberia todas as demandas e aplicaria processo unificado de respostas, cumprindo com o disposto no PDAS 10.

Para tanto, a recepção de queixas ou dúvidas em cada canal de atendimento deverá ser cadastrada e direcionada para os profissionais responsáveis pelo MRQ/UCP. É importante que sejam estabelecidos protocolos para o tempo máximo de resposta e que essas sejam efetivas. O registro das queixas recebidas e das respostas até o seu atendimento completo deverão ser acompanhados e contar com a ciência do reclamante por escrito. Com esses registros será possível categorizar as queixas mais frequentes e produzir respostas rápidas e padronizadas, acionando a estrutura de gestão social e ambiental existente na equipe da UCP. A estrutura do MQR deve contar com o seguinte arranjo institucional:

Ouvidorias institucionais: – SEMAR, INTERPI, SAF com designação de 01 profissional receptor das demandas relacionadas ao PSI, encarregado da coleta e envio ao MQR/UCP



MRQ/UCP: recebe as demandas encaminhadas setoriais, com 01 profissional dedicado ao tema.



MRQ/UCP:

- Aciona construtoras, outras secretarias de governo, instituições não governamentais para obtenção de respostas adequadas;
- Elabora e encaminha respostas diretamente ao demandante e à ouvidoria setorial onde foi acolhida a demanda inicial
- Sistematiza e tipifica as demandas recorrentes e propõe encaminhamentos a serem integrados em consultas públicas subsequentes.

A Figura a seguir ilustra o fluxo de encaminhamento e responsabilidades associadas a cada etapa de acolhimento e resposta efetiva às partes interessadas.



C. DIVULGAÇÃO, DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EXTERNA

A UCP deverá apresentar o SGAS a todos os órgãos envolvidos na execução do PSI, destacando a responsabilidade de cada participante na sua implementação, logo após a assinatura do Contrato de Empréstimo e antes do início material do Programa.

A UCP deverá ressaltar que os aspectos sociais e ambientais são partes indissociáveis do PSI estando, portanto, inseridos em todas as suas etapas: planejamento, projeto, execução, operação e conservação. Dessa forma, o SGAS transfere para todos os envolvidos com o Programa, técnicos, engenheiros e administradores, tanto da UCP como das Secretarias de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR e de Agricultura Familiar – SAF, da EMATER e do Instituto de Terras do Piauí -INTERPI, além das empresas provedoras e construtoras, a responsabilidade pela qualidade socioambiental do PSI.

A UCP deverá estabelecer as diversas formas eficazes de comunicação interna, visando o envolvimento direto dos gerentes, especialistas e técnicos envolvidos com a execução do PSI e com o SGAS, tais como:

- Sistema de gerenciamento do Programa;
- Murais dos escritórios da UCP, dos sub-executores, e das empresas construtoras;
- Reuniões com as equipes; e
- Correspondências formais.

Além disso, a UCP deverá estabelecer as formas de comunicação externa com a comunidade beneficiária pelo PSI, de maneira eficaz, como por exemplo:

- Equipe social lotada em escritório com acesso amplamente conhecido;

- Canais de comunicação (ouvidoria, atendimento telefônico para o esclarecimento de dúvidas e outros, se necessário);
- Divulgação do MQR em comunicações institucionais do Executor e demais instituições envolvidas na execução do PSI
- Folders e painéis de informação sobre as atividades do Programa que interferem diretamente com a comunidade, sobretudo na fase de implantação de obras.

VIII. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A. PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO

A SEPLAN/UCP deverá estabelecer processos e procedimentos para monitorar e supervisionar o progresso da implementação e alcance das medidas de gestão de riscos e impactos ambientais e sociais dos projetos e cumprir todas as obrigações legais e contratuais e requisitos regulatórios pertinentes. A extensão do monitoramento será proporcional aos riscos e impactos ambientais e sociais do projeto e deve estar em conformidade com os requerimentos dos PDAS. De acordo com as circunstâncias específicas, o BID poderá exigir a realização de auditorias de execução que envolva partes interessadas e especialistas independentes para complementar ou verificar as informações de monitoramento do projeto e o cumprimento dos requisitos e padrões de desempenho ambiental e social.

A SEPLAN/UCP reportará ao Banco o cumprimento de normas aplicáveis, incluindo seu progresso na consecução de objetivos ambientais e sociais e aspectos relacionados à implementação de obrigações legais e contratuais relevantes e requisitos regulatórios. A SEPLAN/UCP também facilitará a supervisão e avaliação do BID durante a execução do PSI. Finalmente, considerando a natureza geralmente dinâmica da implementação de uma operação, a SEPLAN/UCP deverá notificar o Banco quando houver mudanças, eventos ou circunstâncias que alterariam seu status de conformidade ou que, de outra forma, poderiam alterar o perfil de risco da operação.

B. INSPEÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

As inspeções socioambientais nas intervenções físicas (construtivas) do Programa serão realizadas pelo menos quinzenalmente, pelos especialistas sociais e em meio ambiente da UCP, para verificar a conformidade da implantação das obras com as exigências do MGAS e avaliar, tecnicamente, a implementação dos programas ambientais estabelecidos.

As inspeções socioambientais nas intervenções não construtivas (planos produtivos e de negócios, recuperação ambiental e regularização fundiária) serão realizadas mensalmente pela equipe de gestão socioambiental da UCP.

Após a reunião encerramento de cada Inspeção Socioambiental com a empresa construtora ou responsável pela implantação de intervenções, na qual serão discutidos os pontos levantados na inspeção, será enviado à UCP um relatório com os resultados das verificações e as providências para melhorias que deverão ser tomadas.

A Inspeção Ambiental tem duas características básicas:

- i) a de uma *auditoria ambiental*, onde os programas de mitigação de impacto e qualidade ambiental e o funcionamento do SGAS são avaliados, quanto ao cumprimento dos objetivos, das metas e dos procedimentos, ao desenvolvimento das atividades, ao atendimento do cronograma etc.; e
- ii) ii) a de uma *assessoria técnica*, que inclui a avaliação técnica dos resultados, além de eventuais sugestões de ajustes e retificações na implementação dos programas e cumprimento das exigências ambientais.

O trabalho de inspeção ambiental, por envolver um processo de consultoria participativa, não se qualifica como auditoria do SGAS, nos moldes definidos pela ISO 14000, uma vez que esta determina que os auditores atuem de forma imparcial e independente. Dessa forma, a Inspeção Ambiental não se caracteriza como uma auditoria independente que poderá, se necessária, ser solicitada pela UCP e pelo BID.

C. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E MELHORIA CONTÍNUA

O desempenho socioambiental do PSI será avaliado pela UCP semestralmente, com a participação dos atores do Programa, de acordo com o desenvolvimento das atividades e o andamento das intervenções. Os principais objetivos desta análise são assegurar a contínua adequação e eficácia da gestão socioambiental e identificar oportunidades de melhoria.

Os seguintes itens deverão ser analisados:

- resultado das inspeções ambientais;
- desempenho ambiental do Programa das metas e dos seus indicadores, se for o caso;
- adequação dos recursos disponibilizados;
- resultados das avaliações dos requisitos legais e dos padrões de desempenho do MPAS-BID;
- comunicações feitas às partes interessadas;
- ações preventivas e corretivas adotadas;
- ações decorrentes de reuniões anteriores;
- mudanças que possam afetar a implementação dos programas de gestão socioambientais, inclusive legais; e
- proposição de melhorias.

A análise de desempenho da UCP fornecerá os subsídios para a tomada de todas as decisões e ações necessárias à melhoria da eficácia socioambiental do PSI, incluindo a ajustes de recursos necessários. Os resultados da análise devem ser sintetizados em um Relatório de Desempenho Ambiental, a ser encaminhado ao BID.

A melhoria contínua da eficácia da gestão ambiental e social do PSI será realizada por meio da avaliação da sua política, dos seus objetivos e das suas metas, dos resultados da Inspeção Ambiental, da análise de dados e da Análise Crítica do desempenho socioambiental da UCP.

O Quadro Nº 4 a seguir apresenta a as medidas necessárias para a gestão socioambiental, que deverão ser implementadas pelo Mutuário e empresas construtoras, os resultados de desempenho esperados e os respectivos indicadores e metas para o acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução e operação.

Quadro N° 4: Matriz de Resultados de Desempenho das Ações Socioambientais

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Comp. 1	Comp. 2	Indicadores
PLANEJAMENTO	Inclusão das variáveis ambientais e sociais no planejamento e nos projetos do PSI.	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de projetos social e ambientalmente sustentáveis. Redução dos custos com mitigação e compensação de impactos; Conservação de ecossistemas e da biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de projetos considerando: <ul style="list-style-type: none"> melhor aproveitamento da área; redução de terraplenagem; orientação solar; eficiência energética; iluminação natural; uso racional e reuso de água, conforto térmico e acústico; acessibilidade; qualidade e conforto ambiental; espaço sustentável; inovação e tecnologia; facilidade de manutenção dos equipamentos na operação; redução, reutilização e reciclagem materiais e recursos; menor interferência com as comunidades do entorno; redução de insumos agrícolas; conservação do meio ambiente; reabilitação de APP e reservas legais. 	<ul style="list-style-type: none"> adoção dos critérios semelhantes aos utilizados nas certificações para construções sustentáveis, com intuito de promover e estimular práticas de construções sustentáveis; uso adequado de agrotóxicos e controle biológico; Conservação da fauna e flora regionais; regularização ambiental da propriedade agrícola. 	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Satisfação dos afetados e usuários; Redução nos gastos de energia e água; Redução nos custos de manutenção. Propriedades regularizadas.

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Comp. 1	Comp. 2	Indicadores
PLANEJAMENTO	Reuniões com as comunidades das áreas de influência do PSI realizadas antes do início das obras, no início de etapas específicas das obras e nas demais atividades dos componentes do Programa	<ul style="list-style-type: none"> • Esclarecimento e informação aos agricultores sobre as questões socioambientais das obras e das atividades do Projeto, no que se refere aos incômodos da construção e operação da infraestrutura, com destaque à regularização fundiária e ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos projetos e programas que compõem o PSI; • Esclarecimentos sobre as obras e os transtornos decorrentes; • Apresentação das vantagens da agricultura sustentável, • apresentação das equipes sociais e dos canais de comunicação do PSI; • incorporação das observações e reivindicações da comunidade nas intervenções do Projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicar e informar todos os assentados e agricultores das áreas de influência sobre o PSI e seus projetos. 	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de agricultores informados; • quantidade de solicitações de esclarecimentos e reclamações recebidas formalmente e atendidas; e • redução das expectativas sobre as obras e os programas que compõem o PSI.

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Comp. 1	Comp. 2	Indicadores
IMPLANTAÇÃO	Planejamento e Gerenciamento Ambiental das obras de infraestrutura.	<ul style="list-style-type: none"> Definir o processo de planejamento e execução das obras, visando o gerenciamento de todas as interfaces e a garantia da qualidade ambiental do PSI. 	<ul style="list-style-type: none"> Seleção de construtora de acordo com sua capacidade de atender às exigências socioambientais e o ROP; Inclusão, no contrato de obras, de cláusulas que garantam o cumprimento dos requisitos ambientais do PGAS e ROP, da legislação e das políticas do BID, com destaque ao MPAS; Apresentação, pela construtora, do planejamento detalhado da obra: <ul style="list-style-type: none"> i) cronograma de atividades; ii) programa e métodos de intervenção, com qualidade socioambiental; iii) atendimento do PGAS; iv) Plano de Controle Ambiental de Obra - PCAO; e iv) estudo das interferências com sistemas de água, esgoto, energia, telefonia etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento das condicionantes da Licença de Instalação - LI; Tendência decrescente no número de não conformidades apontadas nas inspeções ambientais periódicas; Capacitação de todos os empregados da obra em saúde e segurança do trabalho, educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental. 	Sim	Não	<ul style="list-style-type: none"> Organização na obra; Número de acidente de trabalho com gravidade; Nenhum dano ambiental de gravidade; Quantidade de não conformidades apontadas; e Número de empregados capacitados.

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Comp. 1	Comp. 2	Indicadores
IMPLANTAÇÃO	Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obras.	<ul style="list-style-type: none"> Definir o processo para a seleção do local, implantação, operação e desmobilização do canteiro de obras e demais instalações provisórias, de forma a evitar danos ambientais no local e assegurar a qualidade ambiental do PSI. 	<ul style="list-style-type: none"> Selecionar o local do canteiro de obras e instalações aproveitando as áreas já degradadas e de fácil acesso para o recebimento e armazenamento de materiais e equipamentos, sem o prejuízo da segurança dos empregados, visitantes, agricultores e equipamentos; Implantação do canteiro de obras de acordo os programas do PGAS; Implantação e operação do canteiro de obras após a obtenção das LP e LI e autorizações e licenças específicas (supressão de vegetação, jazidas, bota-fora, fossas sépticas etc.); Reuso, doação ou reciclagem do material decorrente da desmobilização do canteiro. Destinação correta dos resíduos não recicláveis, durante a operação e desmobilização do canteiro de obras. 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento de todas a condicionantes da LP e LI; Tendência decrescente de apontamentos de não conformidades nas inspeções ambientais periódicas; Capacitação de todos os empregados da obra em saúde e segurança no trabalho, meio ambiente, educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental; Devolução do local do canteiro de obras em condições idênticas ou melhores que as originais. 	Sim	Não	<ul style="list-style-type: none"> Organização e método de intervenção adequados; Número de acidente de trabalho com gravidade. Nenhum dano ambiental de gravidade. Tendência decrescente de apontamentos de não conformidades; e Número de empregados capacitados.

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Comp. 1	Comp. 2	Indicadores
IMPLANTAÇÃO	Controle Ambiental das Obras de infraestrutura.	<ul style="list-style-type: none"> Determinar as ações que deverão ser tomadas durante a execução dos serviços e obras, visando a redução ou eliminação dos impactos socioambientais e a qualidade ambiental do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação do PGAS; Controle da emissão de fumaça, do vazamento de óleos e combustíveis, da produção de poeira, de acidentes, do trânsito de veículos pesados nas proximidades das obras e dos ruídos; Controle ambiental, com separação do solo fértil nas operações de terraplenagens, para reutilização no paisagismo; Controle de emissão de efluentes; Controle da drenagem superficial e da erosão; e Uso de material certificado ou proveniente de jazidas certificadas e fornecedores licenciados e certificados. 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento das condicionantes da LP e LI; Tendência decrescente no número de não conformidades apontadas nas inspeções ambientais periódicas; e Capacitação de todos os empregados das obras em saúde e segurança no trabalho, meio ambiente; educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental. 	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento, organização e método de intervenção adequados; Número de acidentes de trabalho; Nenhum dano ambiental de gravidade. Quantidade de não conformidades; Número de empregados capacitados; Qualidade ambiental das obras e do entorno após sua conclusão; e Satisfação dos assentados e agricultores das áreas contempladas pelo Programa.

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Comp. 1	Comp. 2	Indicadores
	Gestão de Resíduos da Obra.	<ul style="list-style-type: none"> Definir as atividades necessárias à gestão dos resíduos de obra e assegurar a qualidade ambiental do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> Acondicionamento inicial dos resíduos; Acondicionamento final dos resíduos; Destinação final dos resíduos para locais devidamente licenciados. 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento das condicionantes da LP e LI; Tendência decrescente no número de não conformidades apontadas nas inspeções ambientais periódicas; e Destinação adequada dos resíduos. 	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade reduzida de resíduo na obra; Número de acidente de trabalho com gravidade; Nenhum dano ambiental de gravidade; Número de não conformidades apontadas.

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Comp. 1	Comp. 2	Indicadores
IMPLANTAÇÃO	Demolição.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento dos procedimentos e das rotinas para as demolições de estruturas nas áreas do Programa, garantindo a qualidade ambiental e o atendimento da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho (MT). 	<ul style="list-style-type: none"> • Programação da demolição; • Direção da demolição por profissional habilitado, com a presença de um Técnico de Segurança (TST); • Planejamento da atividade considerando: <ul style="list-style-type: none"> ○ corte da energia, água, líquidos inflamáveis e gases; ○ eliminação das substâncias tóxicas; ○ retirada, proteção e isolamento das canalizações de esgoto e água, de acordo com as normas em vigor; ○ proteção das construções vizinhas e isolamento da área; • Demolição considerando: <ul style="list-style-type: none"> ○ uso EPI; ○ segregação e armazenamento provisório do entulho; e ○ umedecimento do entulho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhum acidente durante a demolição; • Tendência decrescente no número de não conformidades apontadas nas inspeções ambientais periódicas; e • Capacitação de todos os empregados da obra em saúde e segurança no trabalho, educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental. 	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Destinação adequada de todo resíduo da demolição; • Limpeza do local; • Número de acidente de trabalho com gravidade; • Nenhum dano ambiental de gravidade; e • Número de não conformidades apontadas.

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Comp. 1	Comp. 2	Indicadores
IMPLANTAÇÃO	Recuperação de Áreas Degradadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de procedimentos destinados à adequada utilização e recuperação dos canteiros de obras e das áreas de empréstimo e bota-fora. 	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento ambiental; • Preparação prévia das áreas, visando sua futura recuperação: <ul style="list-style-type: none"> ○ separação e armazenamento adequado do solo orgânico; ○ regularização da drenagem; ○ controle da erosão; ○ sinalização adequada; ○ regularização do terreno e reposição do solo orgânico após o uso da área; e ○ configuração geométrica compatível com a topografia adjacente e paisagismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adequada recuperação ambiental das áreas degradadas pelas obras do Programa. 	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas degradadas recuperadas e aprovadas pelo BID e órgão ambiental.
	Garantir a gestão de riscos de desastres naturais nas áreas contempladas pelo Programa.	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar o PSI de instrumentos que garantam a melhor gestão dos riscos de desastres naturais, de forma que os Executores possam responder em caso de eventos extremos, reduzindo perdas humanas e prejuízos socioambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar os Executores para responder em caso de eventos naturais extremos, considerando as seguintes medidas: <ul style="list-style-type: none"> ○ definir a equipe de defesa civil para o atendimento rápido e eficiente em caso de desastres naturais; ○ manutenção dos sistemas de drenagem; ○ mapeamento e manutenção de uma base de dados sobre as áreas de risco; e ○ elaboração de um sistema de atuação emergencial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de 100% da equipe da defesa civil; • mapeamento de todas as áreas de risco; • reduzir a zero as perdas humanas; e • reduzir ao máximo os prejuízos socioambientais. 	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação da equipe da defesa civil;
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO	Garantir a conservação da	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da biodiversidade e pesca artesanal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de programas de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água; e Conservação e 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da atividade pesqueira 	Sim	Não	<ul style="list-style-type: none"> • Produtividade pesqueira.

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Comp. 1	Comp. 2	Indicadores
	ictiofauna dos rios e reservatórios.		Manejo da Ictiofauna.				
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO	Garantir o combate de incêndio nas áreas do Programa.	<ul style="list-style-type: none"> Enquadrar as infraestruturas e os equipamentos, sobretudo os que recebem público em geral, às normas de proteção contra incêndio. 	<ul style="list-style-type: none"> Adoção de equipamentos, materiais e treinamento necessários. Proteger as áreas reflorestadas com aceiros e medidas de controle e combate incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> Treinamento anual dos responsáveis pela segurança; e Nenhuma ocorrência grave de incêndio. 	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Número de pessoas capacitadas no combate de incêndios; Estruturas com Auto de Vistora do Corpo de Bombeiros – AVCB; e Número de incêndios evitados e controlados.
	Gestão da infraestrutura (reservatórios, redes elétricas, captação energia solar, sistema de irrigação, silos, galpões, vias, mercados etc.).	<ul style="list-style-type: none"> Gestão da infraestrutura visando sua conservação, bem como dos recursos naturais utilizados. 	<ul style="list-style-type: none"> Definição de diretrizes harmonizando o uso social com a conservação da infraestrutura e dos recursos naturais; programas de uso social, educação ambiental, proteção ambiental e manejo; e desenvolvimento de estratégias de monitoramento e avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> Maior durabilidade da infraestrutura e dos equipamentos; maior conforto aos usuários; e melhor qualidade ambiental. 	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Tempo de uso dos equipamentos; satisfação dos assentados, agricultores e usuários; qualidade socioambiental das áreas contempladas pelo Programa.

IX. DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA EXECUÇÃO

A. CAPACIDADE E COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL PARA A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Durante a análise da capacidade institucional (PACI) dos órgãos responsáveis pela execução do PSI, verificou-se que a Secretaria de Planejamento, como órgão central de coordenação, possui experiência na execução de programas de investimento financiados por organismos multilaterais. O OE possui capacidade institucional em todos os aspectos da gestão: de projetos, da qualidade técnica, dos recursos humanos, das aquisições, financeira e de salvaguardas ambientais e sociais.

Com relação à gestão socioambiental, as principais recomendações de melhoria são:

- ✓ Promover capacitação sobre o Marco de Políticas Ambientais e Sociais do BID;
- ✓ Desenvolver, no âmbito dos organismos executores e sub-executores, manuais próprios para a gestão de impactos ambientais, sociais e de saúde e segurança, contemplando as melhores práticas do OE e das Políticas do BID, para aplicação nas atividades do Programa; e
- ✓ Assegurar que a equipe destinada à gestão de impactos ambientais e sociais seja suficiente para responder à alta demanda que será gerada pelo Programa.

No Estado do Piauí, a gestão dos recursos ambientais e hídricos está sob a responsabilidade da *Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR-PI*, obedecendo os princípios, normas e diretrizes das Políticas Estaduais e Nacionais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. A SEMAR tem por mandatos:

- Executar estas duas políticas estaduais, no que concerne as atribuições permanentes do estado, relacionadas à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais e recursos hídricos, bem como sua fiscalização, monitoramento e controle;
- Executar as ações supletivas do Estado, de conformidade com a legislação ambiental vigente; e
- Exercer o poder de polícia ambiental no âmbito estadual.

Do ponto de vista dos instrumentos normativos, a SEMAR conta com os regulamentos adequados e suficientes para o licenciamento ambiental e o controle das atividades e projetos a serem realizados no âmbito do PSI, nomeadamente implantação de poços de abastecimento, sistemas de saneamento comunitário, passagens molhadas, infraestruturas sociais e promoção de atividades agropecuárias, agroflorestais e de piscicultura. As normas de regulamentação do processo de licenciamento e de enquadramento dos projetos, a partir de critérios de complexidade, porte e localização, são adequadas e seguem as boas práticas de eficácia na gestão de atividades potencialmente modificadoras do meio ambiente, e abrangem todos os tipos de intervenções previstas no Programa.

Por outro lado, a SEMAR mostra algumas debilidades para desempenhar suas funções e responsabilidades que precisam ser superadas. Sua estrutura organizacional e regimentos operacionais estão desatualizados e inadequados para cumprir de forma eficaz as responsabilidades atribuídas ao órgão mais recentemente. Em particular, o aumento significativo de atribuições a partir da edição da Lei Complementar Nº 140 de 08/12/2011, que passa aos estados boa parte das responsabilidades até então atribuídas a União, como a proteção à fauna e pesca, florestas, dentre outras, sem que a estrutura e organização da SEMAR tenha sido ajustada de acordo. Por outro lado, a capacidade técnica do órgão está limitada para atender a demanda crescente e desempenhar adequadamente as funções de licenciamento e controle ambiental. A proposta de reorganização e implantação de novo Regimento Interno da secretaria está prevista de ser aprovada em breve. Além disso, 15 profissionais concursados foram recentemente incorporados ao quadro funcional da SEMAR (7/junho/22). Ambas medidas permitirão à SEMAR atender de forma mais apropriada suas atuais atribuições, ao mesmo tempo que atendem recomendações emanadas da análise da capacidade institucional- PACI.

Com base na experiência do Estado com a gestão de programas de investimentos, bem como nos resultados da avaliação institucional, se apresenta uma proposta de Governança e Arranjo de Implementação do Programa.

B. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A EXECUÇÃO DO PSI

A execução do PSI estará a cargo da Secretaria de Planejamento do Estado, na qual será criada a **Unidade de Coordenação do Programa - UCP**. Atuarão como coexecutores na execução das ações e projetos, no âmbito de suas responsabilidades, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, a Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, o Instituto de Terras de Piauí – INTERI e o Instituto de Desenvolvimento do Piauí.

A UCP orientará todas as áreas envolvidas com a execução do PSI sobre as normas e os procedimentos operacionais, administrativos e financeiros, elaborando os relatórios previstos no contrato e propondo medidas para melhorar a execução e o cumprimento dos resultados. Coordenará, portanto, a execução técnica e fará a gestão administrativa e financeira, além da supervisão e monitoramento do PSI, e será a contraparte do BID e a unidade autorizada a firmar contratos e convênios em nome do PSI. Será composta por uma equipe multidisciplinar de especialistas oriundos os órgãos sub-executores e consultores externos.

A estrutura organizacional da UCP será composta pelas seguintes instancias:

- i) Coordenação Geral - CGE, responsável por coordenar todas as atividades da UCP incluindo direção, organização, supervisão, harmonização dos trabalhos das coordenações específicas, controle de informações gerenciais, e monitoramento das atividades realizadas pelas 3 coordenações setoriais.
- ii) Coordenação de Operações - COP, responsável pela coordenação do planejamento da execução e articulação entre as unidades técnicas dos órgãos coexecutores para a execução técnica, coordenação da supervisão, assessoramento especializado, bem como a supervisão e o monitoramento do PSI e proposta de medidas para melhorar a execução e o cumprimento dos resultados;

- iii) Coordenação Ambiental e Social – CAS composta por especialistas em meio ambiente e ações sociais, responsável por coordenar, executar e auxiliar o Coordenador Geral nas ações de natureza social e ambiental relacionadas com os empreendimentos e atividades do Programa, realizando inspeções técnicas e avaliação da execução dos programas do MGAS e acompanhamento de seus resultados. Como coordenador das ações sociais e ambientais, coordenará também a implementação do SGAS, além de se relacionar com os demais técnicos da UCP e os demais sub-executores envolvidos com o Programa (SEMAR, INTERPI, SAF, EMATER).
- iv) Coordenação de Administração e Finanças - CAF, responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros, orçamentários e administrativos, pelos registros de pessoal, pela identificação das necessidades de materiais e serviços, pela atualização de um sistema de contabilidade e elaboração dos relatórios financeiros e de prestação de contas do Programa e acompanhamento dos contratos e convênios administrativos e de cooperação técnica.

Coordenadoria de Gestão Ambiental e Social - SCGAS

Para garantir a implementação das medidas, procedimentos e dos programas socioambientais estabelecidos para o PSI, a UCP deverá contar com uma Coordenação Ambiental e Social - CAS responsável por coordenar, executar e auxiliar o Coordenador Geral nas ações de natureza social e ambiental relacionadas com os empreendimentos e atividades do Programa, realizando inspeções técnicas e avaliação da execução dos programas do MGAS e acompanhamento de seus resultados. Como coordenador das ações sociais e ambientais, coordenará também a implementação do SGAS, além de se relacionar com os demais técnicos da UCP e os demais sub-executores envolvidos com o Programa (SEMAR, INTERPI, SAF, EMATER).

Para desempenhar estas funções e responsabilidades, a SCGAS será composta pelos seguintes profissionais: um (1) especialista em gestão ambiental; um especialista social; e um especialista em comunicação, do próprio quadro do estado, ou contratados externamente.

C. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES NO SGAS

A seguir são apresentadas as funções da UCP e do seu Coordenador Executivo, dos Subcoordenadores Ambiental e de Ação Social da UCP e dos organismos sub-executores, todos diretamente ligados à coordenação do SGAS do PSI.

São funções gerais da UCP que têm relevância no gerenciamento do SGAS:

- Coordenar, administrar e supervisionar a execução do Programa, com base no contrato de empréstimo firmado entre o Estado do Piauí e o BID, bem como no Regulamento Operacional do Programa - ROP;
- Representar o Mutuário junto ao BID e aos órgãos de controle interno e externo;
- Preparar os processos licitatórios, acompanhar seu andamento e solicitar a não-objeção do BID, conforme for o caso;
- Elaborar termos de referência e orçamentos para contratação de serviços de consultoria;

- Coordenar, monitorar e supervisionar a implementação do MGAS e das condicionantes das licenças ambientais;
- Adotar procedimentos cabíveis ao licenciamento ambiental de obras e serviços;
- Acompanhar o processo técnico de preparação, análise e aprovação dos projetos dos demais órgãos participantes, no âmbito do Programa;
- Monitorar o cumprimento dos contratos de serviços e obras constantes do Programa;
- Promover as ações de fortalecimento institucional e monitorar seus resultados;
- Garantir os meios e as condições necessárias de apoio técnico para a análise e o monitoramento das ações, propostas e produtos relacionados com a execução do Programa;
- Divulgar as ações do Programa, em consonância com o Plano de Comunicação e o SGAS; e
- Elaborar os Termos de Recebimento Definitivos – TRD das consultorias, obras, bens e serviços.

Por sua vez, são funções específicas dos integrantes da estrutura da UCP diretamente envolvidos com a coordenação do SGAS:

Coordenadores Geral e de Operações:

- Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das ações e atividades definidas no âmbito do PSI e dirigir e orientar as equipes integrantes da UCP, promovendo o alcance das metas previstas e garantindo a observância dos padrões e normas estabelecidos no contrato de empréstimo e no ROP;

Coordenadores Social e Ambiental:

- Assessorar o Coordenador Executivo nos assuntos de natureza social ambiental e coordenar a implementação do SGAS;
- Promover a observância das normas e padrões estabelecidos no contrato de empréstimo, no ROP e nas normas técnicas pertinentes, bem como a fiscalização técnica relativa à implantação das ações de caráter social e ambiental, visando o alcance das metas definidas;
- Coordenar, monitorar e supervisionar a implementação dos programas do MGAS, bem como das condicionantes das licenças ambientais;
- Facilitar o diálogo entre a UCP e as demais Secretarias envolvidas nas ações sociais, de forma coordenada com os técnicos da Subcoordenadoria de Articulação Institucional;
- Realizar visitas periódicas às obras e demais atividades do Programa, para verificar e atestar que todas as atividades relativas às questões socioambientais estão sendo executadas dentro dos padrões de qualidade recomendados e de acordo com as condicionantes das autorizações e licenças ambientais e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- Fiscalizar e avaliar o cumprimento dos requisitos socioambientais previstos nos programas de controle e gestão ambiental, nos contratos com as empresas contratadas, na legislação e

nas normas nacionais e estaduais vigentes e nas licenças ambientais concedidas pela autoridade licenciadora;

- Articular-se com a autoridade ambiental no que diz respeito aos processos de licenciamento ambiental das intervenções que o requerem;
- Fiscalizar as ações constantes do Plano de Comunicação Social;
- Coordenar as ações referentes aos questionamentos de caráter social, formulados pela sociedade civil e por outras partes interessadas nos programas previstos;
- Cuidar dos questionamentos, de caráter socioambiental, formulados pela sociedade civil, incluindo as Organizações Não Governamentais - ONG e outras partes interessadas nas obras e nos programas ambientais do empreendimento;
- Apresentar periodicamente uma avaliação sobre a eficácia dos programas sociais e ambientais relacionados às obras à Coordenação Executiva da UCP, citando os ajustes necessários;
- Realizar as inspeções ambientais e apoiar as auditorias ambientais independentes;
- Aprovar a medição dos serviços relacionados à recuperação ambiental, no âmbito do Componente 1; e participar dos processos de medição e pagamento das atividades com risco de causar danos socioambientais, quanto ao cumprimento das medidas de mitigação e planos de gestão ambiental e social;
- Recomendar à UCP as penalidades impostas às empreiteiras de obras, no caso de não atendimento dos requisitos socioambientais, ou seja, na situação de configuração de não-conformidades significativas e não resolvidas no âmbito das reuniões de planejamento de obras;
- Participar da elaboração dos Termos de Recebimento Definitivos - TRD dos contratos de consultorias, obras, bens e serviços, quando aplicável;
- Coordenar as ações de monitoramento dos indicadores de impactos estratégicos de cunho social e ambiental, como parte do sistema de monitoramento e avaliação do Programa;
- Fiscalizar as ações constantes do Plano de Comunicação Social;
- Coordenar, junto às ouvidorias setoriais (SEMAR, SAF, INTERPI e a própria OGE), o funcionamento do Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas, responsabilizando-se pela obtenção das respostas aos questionamentos recebidos diretamente na UCP ou nas instituições sub-executoras;
- Coordenar as avaliações semestrais do desempenho ambiental e social da execução, com a participação dos atores do PSI, de acordo com os procedimentos estipulados no SGAS, como parte do sistema de monitoramento e avaliação do PSI.
- Manter a documentação de cumprimento dos planos de gestão socioambientais e do registro do cumprimento dos indicadores de desempenho. Estas exigências devem ser apresentadas nos relatórios semestrais encaminhados ao BID.

- Alimentar o Sistema de Gestão, Monitoramento e Avaliação do Programa, no que lhe couber.

As **unidades coexecutoras** responsáveis pela implantação das ações do PSI, terão também funções e responsabilidades específicas na gestão ambiental e social no âmbito das suas atribuições:

Secretaria de Agricultura Familiar - SAF

- Participar da formulação dos PAP e PN quanto aos aspectos ambientais e sociais, incluindo a linha de base que incorpore as relações socioeconômicas de gênero e povos indígenas, se for o caso;
- Revisar os PAP e PN e dos respectivos Relatórios Ambiental e Social segundo a classificação ambiental definida no SGAS e na Resolução CONSEMA-PI Nº 40/2021, do ponto de vista ambiental e sociocultural, incluindo os impactos e oportunidades relacionados às questões de gênero e povos indígenas. Recomendar a aprovação, rejeição ou modificação do plano de negócios;
- Revisar o relatório de impacto ambiental dos planos PAP e PN que o requerem e submeter à SEMAR para análise e aprovação.
- Supervisar o cumprimento das medidas e recomendações ambientais definidas nos planos aprovados, por meio de inspeções socioambientais.
- Supervisar o cumprimento tempestivo dos procedimentos de acesso à informação, consulta e participação pública no desenvolvimento e implantação das intervenções sob sua responsabilidade;
- Recepção e resposta às queixas e reclamações relacionadas às intervenções sob sua responsabilidade;
- Em coordenação com a ouvidoria da SAF, assegurar o funcionamento do Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas, responsabilizando-se pela resposta e resolução tempestiva e adequada aos questionamentos recebidos diretamente pela secretaria;
- Manter e supervisionar os procedimentos de divulgação, disseminação e comunicação com as comunidades beneficiárias das intervenções sob sua responsabilidade;
- Participar das avaliações semestrais de desempenho ambiental e social coordenadas pela UCP, proporcionando os dados e informações solicitadas.

Instituto de Terras do Piauí - INTERPI

- Supervisar o cumprimento das medidas e recomendações sociais e ambientais definidas no MGAS para as ações de regularização fundiária e ambiental;
- Em coordenação com a ouvidoria, assegurar o funcionamento do Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas, responsabilizando-se pela resposta e resolução tempestiva e adequada aos questionamentos recebidos diretamente pelo INTERPI;

- Manter e supervisionar os procedimentos de divulgação, disseminação e comunicação com as comunidades beneficiárias das intervenções sob sua responsabilidade;
- Participar das avaliações semestrais de desempenho ambiental e social coordenadas pela UCP, proporcionando os dados e informações solicitadas.

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR

- Supervisar o cumprimento das medidas e recomendações sociais e ambientais definidas no MGAS para as ações de recuperação ambiental;
- Participar dos processos de medição dos serviços relacionados à recuperação ambiental, no âmbito do Componente 1;
- Em coordenação com a ouvidoria da SEMAR, assegurar o funcionamento do Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas, responsabilizando-se pela resposta e resolução tempestiva e adequada aos questionamentos recebidos diretamente pela secretaria;
- Manter e supervisionar os procedimentos de divulgação, disseminação e comunicação com as comunidades beneficiárias das intervenções sob sua responsabilidade;
- Participar das avaliações semestrais de desempenho ambiental e social coordenadas pela UCP, proporcionando os dados e informações solicitadas.

Para cumprir todas as tarefas acima elencadas para a implementação do SGAS, as instituições parceiras, incluindo suas equipes das unidades/escritórios regionais, devem reforçar as suas capacidades nas diferentes áreas requeridas.

Cada Unidade executora setorial deverá contar com profissionais designados e dedicados às responsabilidades na implantação e manutenção dos requisitos do SGAS, segundo aplique, sendo ao menos dois profissionais (ambiental e social) lotados na SAF.

A CAS deverá se articular com as Unidades coexecutoras da SEMAR, SAF, EMATER e o INTERPI envolvidos direta e indiretamente com o Programa, além das empresas contratadas na execução. As suas atuações deverão garantir as seguintes metas de desempenho:

- a adoção de conceitos de sustentabilidade, conservação e gestão ambiental rural, na elaboração ou revisão dos projetos do Programa;
- o planejamento ambiental das intervenções físicas;
- a articulação com os organismos de controle ambiental na busca de soluções, no que se refere aos processos de licenciamento ambiental nas fases de implantação e operação das intervenções do Programa;
- a avaliação e aprovação previa, no âmbito da UCP, das intervenções propostas para as áreas contempladas pelo Programa, garantindo a inserção da dimensão ambiental na tomada de decisão dos projetos;
- a adoção de medidas administrativas que garantam a execução das ações de comunicação social, relativas à convivência com as obras, devidamente articuladas com o seu planejamento;

- o monitoramento das obras e serviços de recuperação ambiental e requalificação ambiental da área de implantação dos projetos;
- a recomendação de ações e procedimentos de obras, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais;
- a avaliação periódica da eficiência dos programas do PGAS e indicação dos ajustes necessários;
- a aprovação, em conjunto com a UCP, das penalidades às empresas construtoras, no caso de não atendimento dos requisitos ambientais;
- a aprovação, em conjunto com a UCP, da paralisação da intervenção no caso de ações que tragam impactos ambientais significativos, de modo a possibilitar a adoção de medidas corretivas em tempo hábil;
- a preparação e apresentação dos relatórios periódicos de supervisão ambiental à Coordenação da UCP e ao BID; e
- o atendimento aos questionamentos da sociedade civil, incluindo as ONGs e outras partes interessadas nas intervenções e nos programas de mitigação e compensação de impactos socioambientais.

D. PERFIS PROFISSIONAIS E PLANO DE FORTALECIMENTO

A UCP deverá assegurar que todos os seus funcionários e as demais contratados possuam competência, com base em treinamento e experiência, para o desenvolvimento de atividades com potencial de causar impactos ambientais e sociais identificados no âmbito do Programa. A manutenção de um registro de treinamentos, de experiências e conscientização ambiental e social dos seus funcionários estará a cargo da UCP.

A UCP deverá identificar a necessidade de treinamento e, consequentemente, desenvolver processos de capacitação para os funcionários das instituições participantes do SGAS, para que estes adquiram consciência sobre as políticas e padrões de desempenho ambiental e social a serem cumpridos, e sobre os planos, projetos e as atividades a serem executados que possam gerar impactos sobre o meio ambiente e a sociedade. Nesse sentido, devem estabelecer e manter em dia os procedimentos de conscientização dos funcionários no que se refere aos seguintes aspectos:

- a importância do cumprimento das políticas ambientais e sociais, e dos programas estabelecidos no MGAS;
- os impactos socioambientais significativos e potenciais de suas atividades e os benefícios de um melhor comportamento profissional para o meio ambiente;
- a contribuição de cada funcionário para alcançar os objetivos do PSI;
- suas funções e responsabilidades no cumprimento da legislação, dos Padrões de desempenho A&S do BID e dos procedimentos ambientais do SGAS;
- os impactos socioambientais, reais e potenciais, associados ao PSI; e

- as consequências potenciais do não-cumprimento dos procedimentos e medidas de mitigação do MGAS.

As atividades de conscientização devem incluir reuniões periódicas, encontros e treinamento, além da distribuição de folders e fixação de cartazes, quando necessário. Todos os treinamentos e reuniões realizados no âmbito do SGAS e nas obras do PROREDES devem ser registrados em lista de presença.

Por outro lado, o pessoal responsável pela implementação do SGAS deve demonstrar competência profissional adequada - educação, formação e experiência apropriadas. Caso contrário, deverá ser definida uma estratégia de formação progressiva para o pessoal envolvido com o SGAS, de forma que no curto prazo possam executar suas funções ambientais de maneira efetiva.